

Referências para a

# Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná

Volume II  
Aglomerções Urbanas



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria do  
Desenvolvimento Urbano

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Curitiba, Outubro/2018



Referências para a

# **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional**

para o Estado do Paraná

## **GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

**MARIA APARECIDA BORGHETTI** Governadora

## **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO**

**SILVIO MAGALHÃES BARROS II** Secretário

**LUIZ LÁZARO SORVOS** Diretor Geral

## **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE**

**SILVIO MAGALHÃES BARROS II** Superintendente

**ALBARI ALVES DE MEDEIROS** Superintendente Executivo

**RICARDO MULLER** Diretor de Operações

**RITA DE CASSIA MORAIS** Diretor de Administração e Finanças

## **EQUIPE TÉCNICA**

**MARIA INÊS TERBECK** Arquiteto e Urbanista - Coordenadora

**ANTONIO WEINHART JUNIOR** Arquiteto e Urbanista

**CARLOS AUGUSTO STORER** Geógrafo

**CLOVIS ULTRAMARI** Arquiteto e Urbanista

**CRISTIANO JOSÉ ZACLIKEYICZ** Cartógrafo

**EYEMAR WERNICK** Analista de Desenvolvimento Municipal

**GLAUCO PEREIRA JUNIOR** Arquiteto e Urbanista

**MANOELA MASSUCHETTO** Arquiteta

**ISABELA IGNÁCIO DE MOURA** Estagiária

## **PROJETO GRÁFICO**

**FABIANO COELHO DOS SANTOS** Designer Gráfico

# *Apresentação*

Esta publicação dá continuidade a outra, similar, que discute as Regiões Metropolitanas paranaenses e estabelece diretrizes para sua implementação a partir do Estatuto da Metrópole. Neste volume, apresentam-se as dezesseis Aglomerações Urbanas do Paraná, estabelece-se a distinção entre elas por níveis de complexidade e perfil das políticas públicas para esse fenômeno intermunicipal de ocupação do território.

Com isso, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano realiza uma parte de seu compromisso em pensar políticas urbanas de acordo com especificidades regionais e para a totalidade do estado. Esse mesmo compromisso desta Secretaria deve ir além, com o apoio técnico e por linhas de financiamento para execução de projetos, obras e organização técnico-administrativo-política das Aglomerações Urbanas.

As dezesseis Aglomerações Urbanas paranaenses, com uma população de quase dois milhões de habitantes (aproximadamente 25% do estado) e distribuídas em seu território, diferenciam-se não apenas por questões que lhe são próprias (volume demográfico, polarização, perfil socioeconômico, dentre outros indicadores), mas também pela distinção no modo como se aglutinam (com municípios integralmente no interior do Paraná, com municípios em fronteiras interestaduais e com municípios em fronteiras internacionais). A partir desse diagnóstico e com a leitura de questões regionais encontradas nos Planos Diretores Municipais dos 37 municípios (dos quais cinco são estrangeiros e três catarinenses) tem-se a base para o estabelecimento de diretrizes para futuras políticas de desenvolvimento urbano. Do mesmo modo, têm-se mais referências técnicas para o correto uso do dinheiro público em políticas públicas.

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná  
Silvio Magalhães Barros II  
Curitiba, outubro de 2018



# — Sumário —

---

## Capítulo I - Unidades Regionais do Paraná

Introdução .....	01
Contexto institucional .....	03
Regiões Metropolitanas no contexto estadual .....	07
Definição de Aglomerações Urbanas .....	17
Síntese .....	35
Diretrizes para as Aglomerações Urbanas .....	41
Encaminhamentos .....	43
Referências .....	103

### *QUADROS*

---

Quadro 1 – Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel .....	11
Quadro 2 – RMs, AU, e MRs e seus critérios para a definição das suas composições .....	12
Quadro 3 – Diretrizes institucionais gerais .....	15
Quadro 4 – Aglomerações Urbanas do Paraná .....	17
Quadro 5 – Aglomerações Urbanas, informações sobre vínculos com a AU .....	27
Quadro 6 – AUs, população total e taxas de crescimento .....	31
Quadro 7 – AUs: Complexidades para seu planejamento e gestão .....	35
Quadro 8 – Diretrizes institucionais específicas .....	40

### *MAPAS*

---

Mapa 1 – Regiões Metropolitanas do Paraná propostas, 2017 .....	09
Mapa 2 – RMs, AU, e MRs e seus critérios para a definição das suas composições .....	13
Mapa 3 – As Aglomerações Urbanas do Paraná por nucleação .....	19
Mapa 4 – Tipologias de AUs do Paraná por volume demográfico .....	23
Mapa 5 – Tipologias de AUs do Paraná por inserções político-administrativas .....	25
Mapa 6 – Aglomerações Urbanas, informações sobre vínculos com a AU .....	29
Mapa 7 – Nível de complexidade para planejamento e gestão .....	37

## Apêndice 1: Imagens aéreas das Aglomerações Urbanas Paranaenses

### FIGURAS

Figura 1 – AU Colorado – Nossa Senhora das Graças .....	47
Figura 2 – AU Barracão - Dionísio Cerqueira - Bernardo de Irigoyen.....	49
Figura 3 – AU Foz do Iguaçu - Ciudad del Este – Puerto Iguazú – Santa Terezinha de Itaipu .....	51
Figura 4 – AU Guaíra - Salto del Guaira .....	53
Figura 5 – AU Santo Antônio do Sudoeste - Pranchita .....	55
Figura 6 – AU Matinhos - Pontal do Paraná .....	57
Figura 7 – AU Nova Londrina - Marilena .....	59
Figura 8 – AU Paranacity - Cruzeiro do Sul.....	61
Figura 9 – AU Nova Aliança do Ivaí - Paranavaí.....	63
Figura 10 – AU Pato Branco - Vitorino .....	65
Figura 11 – AU Ponta Grossa - Carambeí.....	67
Figura 12 – AU Rio Negro – Mafra.....	69
Figura 13 – AU São Sebastião da Amoreira - Nova América da Colina.....	71
Figura 14 – AU Toledo - Ouro Verde do Oeste.....	73
Figura 15 – AU Umuarama - Maria Helena .....	75
Figura 16 – AU União da Vitória - Porto União.....	77

## Apêndice 2: Dados de Planos Diretores Municipais e suas relações com a ocupação regional

### TABELAS

Tabela 1 – AU Colorado – Nossa Senhora das Graças .....	81
Tabela 2 – AU Barracão - Dionísio Cerqueira - Bernardo de Irigoyen.....	84
Tabela 3 – AU Foz do Iguaçu - Ciudad del Este – Puerto Iguazú – Santa Terezinha de Itaipu .....	86
Tabela 4 – AU Guaíra - Salto del Guaira .....	88
Tabela 5 – AU Santo Antônio do Sudoeste - Pranchita .....	89
Tabela 6 – AU Matinhos - Pontal do Paraná .....	90
Tabela 7 – AU Nova Londrina - Marilena .....	91
Tabela 8 – AU Paranacity - Cruzeiro do Sul .....	92
Tabela 9 – AU Nova Aliança do Ivaí - Paranavaí.....	93
Tabela 10 – AU Pato Branco - Vitorino .....	94
Tabela 11 – AU Ponta Grossa - Carambeí .....	95
Tabela 12 – AU Rio Negro – Mafra.....	96
Tabela 13 – AU São Sebastião da Amoreira - Nova América da Colina.....	97
Tabela 14 – AU Toledo - Ouro Verde do Oeste .....	98
Tabela 15 – AU Umuarama - Maria Helena .....	100
Tabela 16 – AU União da Vitória - Porto União .....	101

# *Introdução*

Este documento é um esforço da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná / SEDU, no estabelecimento de Diretrizes de Desenvolvimento Urbano e Regional para o estado.

A partir de exigências estabelecidas pelo Estatuto da Metrópole, esta Secretaria trabalhou para que se avançasse na implantação da referida lei federal com prioridade para as Regiões Metropolitanas. Tal prioridade está apresentada em documento anterior, denominado **Referências para a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Paraná (SEDU, 2017)**. Aí estão definidas as diretrizes iniciais da referida política, assim como as proposições legais para a extinção, criação e manutenção de Regiões Metropolitanas.

O presente documento prioriza as Aglomerações Urbanas, um dos três recortes regionais adotados pelo Estatuto da Metrópole. Estão aqui apresentadas as dezesseis AUs do Estado do Paraná, selecionadas a partir do documento do IBGE (2015), **Arranjos Populacionais e Aglomerações Urbanas**. A estrutura do documento apresenta três grandes questões: (i) o contexto da implantação do Estatuto da Metrópole no Estado; (ii) a descrição do conjunto das suas AUs, assim como parâmetros que possam indicar seus níveis de complexidade; e (iii) algumas características urbanísticas intermunicipais que possam contribuir para uma primeira ação de planejamento conjunto.

Na sequência deste documento, a merecer uma publicação independente, propõe-se a discutir as Microrregiões.



## *Contexto institucional*

Este documento diz respeito aos trabalhos da Secretaria do Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná / SEDU relativamente à implantação do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015).

Aquilo aqui descrito segue o que já fora publicado em 2017 e que priorizou a implantação do Estatuto da Metrópole nas quatro RMs do Estado do Paraná que assim foram consideradas, conforme estabelecido em documentos do IBGE.

O principal objetivo desta lei é o de disciplinar a criação de Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões. Com isso, eliminam-se equívocos conceituais até então observados e se avança na concretização de uma Governança Interfederativa na realização da implementação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) e na gerência das Funções Públicas de Interesse Comum.

O contexto legal que se tem no momento, diferentemente daquele vivenciado na elaboração do documento anterior sobre as RMs, é a revogação dos Artigos 20 e 21, do Estatuto da Metrópole, conforme estabelecido pela Lei nº 13.683/2018, significando o fim do prazo legal para a elaboração dos PDUIs para RMS e Aus.

No momento em que se elabora o presente documento, acredita-se que ainda existam dúvidas analíticas a respeito de como atender às exigências dessa legislação. A revogação da exigência relativa ao prazo de elaboração dos chamados PDUIs para as referidas unidades territoriais existentes no país confirma um cenário ainda de dúvidas e dificuldades para tal consecução.

Em meados de 2017, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano / SEDU lançou edital de licitação para elaboração dos PDUIs para Londrina, Maringá e Cascavel (a de Curitiba estaria a cargo da própria Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba / COMEC, também integrante do sistema da mesma Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano). Paralelamente, a SEDU prossegue com seus estudos técnicos e discussões regionais que servirão como referências fundamentais para os futuros PDUIs, com a redução de seu prazo de elaboração e redução de custos na contratação de consultores.

A experiência anterior com a discussão sobre Regiões Metropolitanas demonstra a urgência de já se iniciar os debates sobre as Aglomerações Urbanas. Ficou demonstrado que mais complexo que elaborar as propostas técnicas é o processo de negociação política e de articulação com as equipes técnicas locais. Do lado das negociações políticas, destacam-se as lideranças que participaram das

propostas de criação das RMs e que agora resistem a mudanças; do lado das equipes técnicas, destacam-se as Coordenadorias das RMs, cuja gerência ora conta com vínculos com a SEDU - considerado o vínculo mais consistente do ponto de vista da aderência e das atribuições institucionais -, ora com a Casa Civil. Do mesmo modo, as relações da Secretaria com as prefeituras municipais são dificultadas pelo restrito corpo técnico que se tem disponível para novas responsabilidades, para além daquelas que uma administração municipal exige cotidianamente, situação similar é encontrada na própria estrutura técnica e operacional da SEDU. No caso das Aglomerações Urbanas, não se conta com estruturas descentralizadas do executivo estadual para atuar nestes territórios, mas sim com esforços, quase sempre informais, das próprias prefeituras dos municípios envolvidos e organizações diversas da sociedade local e regional. Se, por um lado, Aglomerações Urbanas podem ser consideradas menos complexas do ponto de vista urbano e regional, por outro, contam com menos estruturas institucionais que as Regiões Metropolitanas.

Outro fato que diferencia as tratativas para criação/revisão/extinção das RMs da criação/institucionalização dos mesmos processos relativos às Aglomerações Urbanas no Paraná é a existência de determinação legal com parâmetro explícito no caso das primeiras e sua ausência no caso das segundas. De fato, no caso das RMs, o parâmetro mínimo de o polo ser considerado Capital Regional esclareceu os debates e reduziu a polêmica. No caso das AUs, esse parâmetro não é igualmente claro.

No trabalho de definição das RMs, foi fundamental o acompanhamento da Promotoria Pública das discussões e mesmo em secretariar debates. Sugere-se essa mesma prática interinstitucional, acrescida da também participante Comissão para Assuntos Metropolitanos da Assembleia Legislativa do Paraná, para o caso da definição do ente interfederativo das Aus.

No caso das Aglomerações Urbanas e, mais ainda, no caso das Microrregiões, a incipiência institucional é grande, assim como é a ausência de estudos recentes sobre esse processo urbano regional. De fato, esse recorte territorial não conta com estruturas de gerência, com definição prévia dos recortes geográficos ou regionais a serem adotados, e, mais grave, com experiências político-administrativas para o trato desse processo. Ao mesmo tempo, se, no caso das RMs contou-se com um número inicial de oito unidades (legalmente constituídas), no caso das Aglomerações no Paraná, o número é significativamente maior, exigindo mais esforços do governo do estado e de sua secretaria afeta, a SEDU.

Ainda que a referida Lei nº 13.693/2018 não mais especifique ou amplie o prazo para a implantação do Estatuto da Metrôpole, entende-se que vale a imposição de compromisso aos estados para que isso aconteça. A prioridade demonstrada para o caso das Regiões Metropolitanas deve agora ser

reproduzida para o caso das Aglomerações Urbanas, iniciando com a definição de quais devem ser oficialmente criadas e, na sequência, a organização delas por meio de proposta de planejamento e gestão conjuntos, assim como dos seus respectivos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado / PDUIs, aqui entendidos como uma releitura e revisão intermunicipal de Planos Diretores Municipais. O texto a seguir prioriza o debate e a proposição de encaminhamentos para as Aglomerações Urbanas. Antes, porém, sumariza aquilo que já se havia postulado para as RMs. Antes de se iniciar a discussão sobre as Aglomerações Urbanas, faz-se um resumo do cenário que se definiu para as RMs no estado.



## *Regiões Metropolitanas no contexto estadual*

No mesmo dia da sanção do Estatuto da Metrópole pela Presidência da República, o Paraná, por meio de leis complementares, cria quatro novas Regiões Metropolitanas (Campo Mourão, Cascavel, Toledo e Apucarana). Umuarama já havia sido criada em 2012. Essas integrariam a lista das outras previamente existentes: Curitiba (ainda criada por norma federal, em 1973), Londrina e Maringá (criadas em 1998). Assim, o cenário paranaense não se distingue daquele restante do país, caracterizado por: (i) proliferação generalizada de RMs; (ii) inexistência de critérios para sua criação; (iii) falta de adequação conceitual; (iv) inadequação relativa aos novos preceitos estabelecidos pelo Estatuto da Metrópole.

Em 2003, como parte da PDU (Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná), foram criadas as Coordenações Regionais (Londrina, Maringá e Cascavel) para fins de gestão descentralizada do planejamento regional. No entanto, até então não se instituíram órgãos gestores ou mesmo um plano de desenvolvimento que impulsiona, de fato, a gestão integrada das funções públicas de interesse comum e o desenvolvimento dessas unidades, constituindo tão somente espaços para tratativas públicas.

Alguns pareceres, contrários, à criação de RMs no Estado do Paraná basearam-se em estudos regionais desenvolvidos pela própria SEDU, disponíveis à época. Outros se serviram do estudo Regiões de Influência das Cidades / REGIC, 2007 (IBGE, 2008), o qual ainda tem servido como referência principal devido à citação explícita do Estatuto da Metrópole que outorga ao IBGE a indicação de parâmetros. A própria exigência mínima de constituição de Metrópole ou Capital Regional para a formação de uma RM justifica o uso irrestrito desse trabalho. Conforme dito anteriormente, discussões com entidades regionais e municipais no caso paranaense, interessadas na criação de suas RMs, reiteradamente questionaram esse trabalho por poder estar ultrapassado e ser realizado com base nos dados do Censo de 2000. Passados 18 anos da fonte desses dados, o grande cenário nacional da rede de cidades não apresentou mudanças significativas em termos de hierarquia funcional e mesmo de região de influência.

A decisão da SEDU em servir-se de trabalhos do IBGE para referenciar seus pareceres em relação à criação de novas RMs no estado do Paraná a levou a buscar estudos mais recentes e complementares ao REGIC 2007.

A partir de então, serve-se do estudo **Gestão do Território**, com dados censitários de 2010 e publicado em 2014. Complementarmente, serviu-se também do estudo **Arranjos Populacionais e Aglomerações Urbanas**, publicado em 2015.

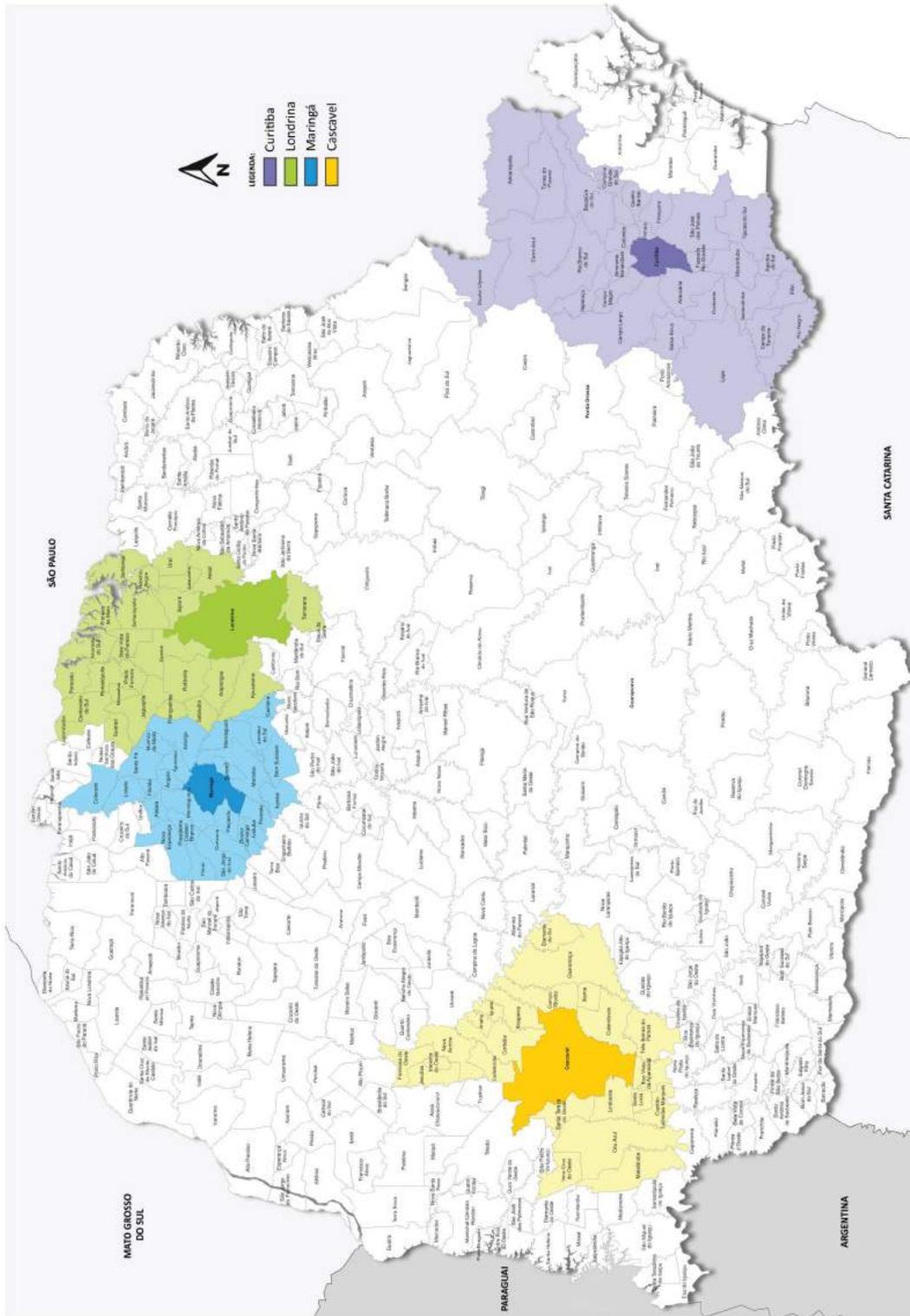
De acordo com os dados acima, a primeira evidência é a distinção entre, de um lado as Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e do outro, o grupo das demais Regiões Metropolitanas, em ambos os casos é grande o número de critérios para o entendimento de suas regiões de influência e grave a carência de solidez institucional. Conforme o Estatuto da Metrópole tem-se exigência de que uma RM tenha influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma Capital Regional. Conforme os critérios adotados pelo IBGE, e conforme REGIC/IBGE 2007, no Paraná, tem-se: Curitiba: Metrópole Regional; Londrina: Capital Regional B; Maringá: Capital Regional B; Cascavel: Capital Regional B; e Umuarama: Centro sub-regional A; Toledo: Centro sub-regional A; Apucarana: Centro sub-regional A; e Campo Mourão: Centro sub-regional A. Demonstrativo de que apenas as Regiões Metropolitanas criadas até 2015, das mencionadas Capitais Regionais, conforme classificação do IBGE e Ponta Grossa (Capital Regional C), esta, entretanto, que não conta com Lei Complementar de criação de uma Região Metropolitana, atendem aos requisitos para implantação do Estatuto da Metrópole. As demais devem compor arranjo de regionalização diferenciado e sujeito a estudos técnicos.

A definição das RMs por lei federal no início dos anos 1970 foi recorrentemente criticada pela impraticável generalização de critérios ou mesmo pela falta de clareza na sua determinação; foi criticada também pela incipiência na descrição e entendimento daquilo que seriam as chamadas Funções Públicas de Interesse Comum.

Com as novas regras estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, a qual permitia aos estados a autonomia, por meio de leis complementares, criar suas RMs, a crítica mais generalizada dirigiu-se à falta de critérios mínimos para tal. De fato, isso permitiu a criação de unidades ditas metropolitanas, mas que não guardavam a mínima adequação conceitual. O cenário que se tem, segundo IPEA (2013), é o de uma defesa por tais parâmetros estabelecidos por legislação superior.

Os parâmetros que aqui se sugerem para o caso do Paraná são aqueles oficialmente elaborados pelo IBGE, segundo a disponibilidade mais atual das informações e a posterior avaliação por estruturas locais e a partir de um modelo previamente apresentado pela SEDU. Vale reiterar que aquilo que ora se apresenta é, pois, fruto também de um processo de discussão e aprendizado cumulativo e que considera realidades institucionais já observadas no território paranaense.

# Mapa I - Regiões Metropolitanas do Paraná propostas, 2017





<b>Quadro I – Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel</b>			
<b>Região Metropolitana</b>	<b>Lei de criação</b>	<b>Nº de municípios em 2018</b>	<b>Municípios</b>
<b>Curitiba</b>	Lei Compl. Federal nº 14/1973	29	Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova Adrianópolis, Agudos do Sul, Campo do Tenente, Campo Magro, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grade, Itaperuçu, Lapa, Piên, Pinhais, Quitandinha, Rio Negro, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.  <b>População total: 3.115.142 habitantes (IBGE, 2010).</b>
<b>Londrina</b>	Lei Compl. nº 81, de junho de 1998	25	Londrina, Pitangueiras, Ibiporã, Cambé, Bela Vista do Paraíso Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis, Tamarana, Porecatu, Assaí, Jataizinho, Alvorada do Sul, Jaguapitã, Florestópolis, Arapongas, Centenário do Sul, Guaraci, Lupionópolis, Prado Ferreira, Miraselva, Rancho Alegre, Sertaneja e Uraí.  <b>População total: 1.090.200 habitantes (IBGE, 2010).</b>
<b>Maringá</b>	Lei Compl. nº 83, de junho de 1998	26	Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Florai, Atalaia, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Nova Esperança.  <b>População total: 704.577 habitantes (IBGE, 2010).</b>
<b>Cascavel</b>	Lei Compl. Nº 186, de janeiro de 2015	23	Cascavel, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Jesuítas, Lindoeste, Matelândia, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Teíza do Oeste, Três Barras do Paraná, Vera Cruz do Oeste.  <b>População total: 476.449 habitantes (IBGE, 2010).</b>

A partir da definição das quatro Regiões Metropolitanas acima apresentada foi possível se ter um primeiro cenário das Aglomerações Urbanas. Aquelas definidas pelo IBGE, porém inseridas em algum recorte metropolitano não foram consideradas como tais e sim como integrantes da devida Região Metropolitana. Quadro e figuras abaixo sintetizam essas conclusões.

Quadro II – RMs, AU, e MRs e seus critérios para a definição das suas composições.

Espacialidade	Composição	Observação
<b>Região Metropolitana</b>	Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel.	Curitiba: processo de implantação do Estatuto da Metrópole sob responsabilidade da COMEC. Londrina, Maringá e Cascavel: processo de implantação do EM com apoio da SEDU, por meio de definição de referências e suporte para eventual contratação de consultoria.
<b>Aglomerção Urbana</b>	Arranjos Populacionais não inseridos em regiões Metropolitanas.	Definição inicial a partir de documento do IBGE (2015): Arranjos Populacionais e Aglomerações Urbanas, desde que não sobrepostas a qualquer uma das quatro RMs acima listadas. A definição final a partir de critérios a serem definidos e debates com representantes municipais.
<b>Microrregião</b>	A definir a posteriori.	Definição final a partir de critérios a serem definidos e debates com representantes municipais. O parâmetro inicial é o da não sobreposição com RMs ou AUs.





Uma vez definidos os recortes regionais preliminares para as Regiões Metropolitanas e para as Aglomerações Urbanas, foi também possível definir um conjunto de diretrizes institucionais gerais para a implantação do Estatuto da Metrópole no estado do Paraná.

Fica para o debate mais localizado, e com representantes locais, assim como no processo de discussão para aprovação dos projetos de leis complementares encaminhados pela SEDU para a criação, extinção e manutenção das RMS, o refinamento dessas diretrizes. Tal processo deverá ocorrer sob a organização dos próprios PDUIs para cada uma das unidades.

Por opção, este documento sugere diretrizes de ordem institucional, apenas; deixando o tradicional desenvolvimento de diagnósticos, prognósticos e sugestão de programas de desenvolvimento para um momento em que representantes locais estejam articulados, que as estruturas institucionais aqui propostas estejam instaladas e que se iniciem os referidos planos regionais.

Algumas dessas diretrizes reproduzem aquilo que já fora consolidado em planos anteriores, outras se adaptam àquilo definido pelo Estatuto da Metrópole.

### Quadro III – Diretrizes institucionais gerais.

Diretrizes
1. O Governo do Estado deve atender aos dispositivos legais da Lei Federal nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015, denominado Estatuto da Metrópole, e suas alterações, organizando seus recortes regionais em termos de planejamento e gestão segundo Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões;
2. Revisar o arcabouço legal para extinção de quatro Regiões Metropolitanas: Apucarana, Campo Mourão, Toledo e Umuarama;
3. Revisar o arcabouço legal e institucional de quatro Regiões Metropolitanas atuais: Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel, segundo diretrizes estabelecidas no Estatuto da Metrópole;
4. Reorganizar a estrutura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano para promover a nova Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e atender a nova divisão territorial do Estado do Paraná em Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões;
5. Estruturar as atuais Coordenações das Regiões Metropolitanas de Londrina, Maringá e Cascavel de modo a possibilitar a implementação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados. Neste caso, dever-se-á considerar a proposta de suas transformações nos respectivos Entes Interfederativo, formados por seu Conselho Deliberativo, Agência Metropolitana e Câmaras Técnicas. No caso da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, criada por Lei Estadual Complementar em 1973, sua organização institucional também necessita de revisão, segundo o Estatuto da Metrópole;
6. Orientar o planejamento, a gestão e a execução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC)'s nas Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado do Paraná.
7. Promover a participação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano / SEDU no fomento a iniciativas regionais de debate e ações consorciadas, articulando outras agências e secretarias do governo do estado;
8. Estudar a viabilidade da institucionalização das Microrregiões que venham a incorporar em sua organização técnica e administrativa à aglomeração urbana eventualmente contida;
9. Promover a reorganização da estrutura institucional da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano / SEDU para assumir o papel catalizador das ações e propostas de desenvolvimento urbano e regional no estado.
10. Propor e implantar programas estaduais de financiamento e/ou transferência voluntária segundo leituras regionais.
11. Adequar, quando de financiamentos estaduais, os Planos Diretores Municipais aos conceitos de Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões.
12. Valorizar, nas políticas públicas estaduais, formas coletivas e associativas intermunicipais. (ex: consórcios intermunicipais).



# Definição de Aglomerações Urbanas

Conforme já visto, a referência que se tem para a definição das Aglomerações Urbanas é o trabalho do IBGE, de 2016, intitulado Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil, já na versão que atualiza estudo similar publicado em 2014. Metodologicamente, adota-se o conceito de Arranjos Populacionais do IBGE para o de Aglomerações Urbanas, conforme entendimento do Estatuto da Metrôpole.

O quadro a seguir apresenta as dezesseis Aglomerações Urbanas para o caso do Paraná e o respectivo mapa. Neles estão assinalados, em cor, os núcleos de cada uma dessas Aglomerações não inseridas em Região Metropolitana.

Quadro IV – Aglomerações Urbanas do Paraná.		
Aglomeração Urbana	Núcleo da Aglomeração	População
<b>1. Colorado (PR) - Nossa Senhora das Graças (PR)</b>		
Colorado (PR)		22.345
Nossa Senhora das Graças (PR)		3.806
<b>2. Dionísio Cerqueira-Barracão/BR – B. de Irigoyen/AR</b>		
Barracão (PR)		9.957
Dionísio Cerqueira (SC)		14.811
Bernardo de Irigoyen/AR		13.768
<b>3. Foz do Iguaçu (PR) - Santa Terezinha de Itaipú (PR) – Ciudad Del Este/PY – Puerto Iguazú/AR</b>		
Foz do Iguaçu		271.662
Santa Terezinha. de Itaipú (PR)		20.744
Ciudad del Este (PY)		312.652
Puerto Iguazu /AR		82.227
<b>4. Guaíra (PR)/BR-Salto del Guayrá/PY</b>		
Guaíra (PR)		30.321
Salto del Guaira/PY		11.298
<b>5. Santo Antônio do Sudoeste(PR) – Pranchita (PR)/BR – San Antonio/AR</b>		
Santo Antônio do Sudoeste (PR)		18.912
Pranchita (PR)		5.628
San Antonio/AR		11.412
<b>6. Matinhos (PR) - Pontal do Paraná (PR) – Guaratuba (PR)</b>		
Matinhos (PR)		29.172
Pontal do Paraná (PR)		20.839
Guaratuba (PR)		32.013
<b>7. Nova Londrina (PR) – Marilena (PR)</b>		
Nova Londrina (PR)		12.811
Marilena (PR)		6.817

**Quadro IV – Aglomerações Urbanas do Paraná. (Continuação)**

<b>8. Cruzeiro do Sul (PR)– Paranacity (PR)</b>		<b>14.794</b>
Paranacity (PR)		10.231
Cruzeiro do Sul (PR)		4.563
<b>9. Paranavaí (PR) - Nova Aliança do Ivaí (PR)</b>		<b>82.913</b>
Paranavaí (PR)		81.484
Nova Aliança do Ivaí (PR)		1.429
<b>10. Pato Branco (PR) - Vitorino (PR)</b>		<b>78.667</b>
Pato Branco (PR)		72.260
Vitorino (PR)		6.407
<b>11. Ponta Grossa (PR) - Carambeí (PR)</b>		<b>324.495</b>
Ponta Grossa (PR)		305.545
Carambeí (PR)		18.950
<b>12. Rio Negro (PR) – Mafra (SC)</b>		<b>84.002</b>
Rio Negro (PR)		31.090
Mafra (SC)		52.912
<b>13. São Sebastião da Amoreira (PR) - Nova América da Colina (PR)</b>		<b>12.097</b>
São Sebastião da Amoreira (PR)		8.626
Nova América da Colina (PR)		3.471
<b>14. Toledo (PR) - Ouro Verde do Oeste (PR)</b>		<b>124.651</b>
Toledo (PR)		119.002
Ouro Verde do Oeste (PR)		5.649
<b>15. Umuarama (PR) – Maria Helena (PR)</b>		<b>105.981</b>
Umuarama (PR)		100.025
Maria Helena (PR)		5.956
<b>16. União da Vitória (PR) - Porto União (SC)</b>		<b>85.669</b>
União da Vitória (PR)		52.176
Porto União (SC)		33.493
<b>População total das 16 AUs</b>		<b>2.079.464</b>





Conforme visto no quadro e figura acima, cinco AUs contam com nucleação dividida, ou seja, é indistinta a polarização entre os municípios que as integram: Barracão e Dionísio Cerqueira; Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba; Marilena e Nova Londrina; União da Vitória e Porto União; e Rio Negro e Mafra.

O primeiro parâmetro que se tem para avaliar a complexidade das AUs é seu volume demográfico, indicando maiores e menores relações intermunicipais e maiores e menores relações de integração.

Do mesmo modo, a complexidade das AUs pode ser analisada em termos de fronteira política do território de cada uma delas: aquelas integralmente localizadas no interior do território paranaense; aquelas formadas com cidades estrangeiras (Dionísio Cerqueira, Barracão e Bernardo de Irigoyen/AR; Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, Ciudad del Este/PY e Puerto Iguazú/AR; Guaíra e Salto del Guayrá/PY e Santo Antônio do Sudoeste e Pranchita no Paraná com San Antonio/AR). No caso dos países fronteiriços, o estudo de polarização e definição dos núcleos não é disponibilizado, entretanto, não há dúvida que Foz do Iguaçu, Guaíra e Dionísio Cerqueira/SC sejam os núcleos das devidas AUs.











O Quadro a seguir, sempre partir de informações do IBGE (2015), apresenta informações sobre o grau de integração entre os municípios que compõem essas AUs. Foram selecionados três indicadores: o total de pessoas que trabalham no interior da AU, porém fora de seu município de origem, nível de intensidade absoluta desse movimento e a existência de mancha urbanizada única, assim considerada para o caso de continuidade até a existência de vazios de até 3,00 Km.

Quadro V – Aglomerações Urbanas, informações sobre vínculos com a AU			
AUs	Pessoas que trabalham/estudam em outros municípios do Arranjo	Forte intensidade absoluta do movimento pendular do Arranjo	Mancha urbanizada contígua (menor ou igual a 3km)
Colorado / PR - Nossa Senhora das Graças / PR	1046	Não	Não
Barracão / PR - Dionísio Cerqueira / SC/ - BR - Bernardo de Irigoyen / AR	2864	Não	Sim, entre Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, mas não com Puerto Iguazú e Santa Terezinha de Itaipu
Foz do Iguaçu / PR – Santa Terezinha de Itaipu / PR – BR - Ciudad del Este / PY – Puerto Iguazú / AR	5860	Não	
Guaira / PR-BR - Salto del Guayrá / PY	-	Não	
Santo Antônio do Sudoeste / PR -Pranchita / PR – BR - San Antonio / AR	500	Não	
Matinhos / PR - Pontal do Paraná – Guaratuba / PR	850	Sim	
Nova Londrina / PR – Marilena / PR	1752	Não	Sim
Paranacity / PR -Cruzeiro do Sul / PR	1338	Não	Sim
Paranavaí / PR - Nova Aliança do Ivaí / PR	376	Não	Não
Pato Branco / PR - Vitorino / PR	1876	Não	Não
Ponta Grossa / PR - Carambeí / PR	5450	Não	Não
Rio Negro / PR – Mafra / SC	5.969	Sim	Sim
São Sebastião da Amoreira / PR - Nova América da Colina / PR	1224	Não	Não
Toledo / PR - Ouro Verde do Oeste / PR	1848	Não	Não
Umuarama / PR - Maria Helena / PR	1484	Não	Não
União da Vitória / PR - Porto União / SC	18320	Sim	Sim

Fonte:Arranjos Populacionais (IBGE, 2015). Obs.: Metodologia disponível na versão completa do trabalho em: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia\\_urbana/arranjos\\_populacionais/default.shtm?c=9](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia_urbana/arranjos_populacionais/default.shtm?c=9)







De modo complementar à leitura feita pelo volume demográfico, têm-se as taxas de crescimento desses mesmos volumes para cada uma das AUs. De modo geral, há semelhança entre as taxas municipais no interior de cada uma das AUs, confirmando o contexto de integração de seus territórios e não necessariamente de polarização e periferia como nas Regiões Metropolitanas. O quadro a seguir apresenta essas taxas, conforme o comportamento de crescimento do estado do Paraná. Assim, chama a atenção o caso de Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba no nível de alto crescimento e nenhuma delas com baixo crescimento na totalidade de seus municípios.

Quadro VI – AUs, população total e taxas de crescimento.		
<b>Aglomeracões Urbanas</b>	<b>Pop. Total</b>	<b>Tx. Cresc. 2000/2010</b>
<b>AU 1</b>	<b>26.151</b>	
Colorado	22.340	Médio
Nossa Senhora das Graças	3.806	Médio
<b>AU 2</b>	<b>38.536</b>	
Barracão	9.957	Médio
Dionísio Cerqueira	14.811	Médio
Bernardo de Irigoyen	13.768	-
<b>AU 3</b>	<b>687.285</b>	
Foz do Iguaçu	250.918	Baixo
Sta. Terezinha de Itaipu	20.744	Médio Alto
Ciudad del Este	312.652	-
Puerto Iguazu	82.227	-
<b>AU 4</b>	<b>30.704</b>	
Salto del Guayrá	11.298	-
Guaira	30.321	Médio
<b>AU 5</b>	<b>35.952</b>	
Santo Antônio do Sudoeste	18.912	Médio
Pranchita	5.623	Baixo
San Antonio	11.412	
<b>AU 6</b>	<b>82.024</b>	
Matinhos	29.172	Alto
Pontal do Paraná	20.839	Alto
Guaratuba	32.013	Alto
<b>AU 7</b>	<b>19.628</b>	
Nova Londrina	13.067	Baixo
Marilena	6.817	Médio
<b>AU 8</b>	<b>14.794</b>	
Paranacity	10.231	Médio Alto
Cruzeiro do Sul	4.563	Baixo

Quadro VI – AUs, população total e taxas de crescimento. (Continuação)		
<b>AU 9</b>	<b>82.913</b>	
Paranavaí	81.484	Médio
Nova Aliança do Ivaí	1429	Médio
<b>AU 10</b>	<b>78.667</b>	
Pato Branco	72.260	Médio Alto
Vitorino	6.407	Médio
<b>AU 11</b>	<b>324.495</b>	
Ponta Grossa	305.545	Médio Alto
Carambeí	18.950	Alto
<b>AU 12</b>	<b>84.002</b>	
Rio Negro	31.090	Médio
Mafra	52.912	Baixo
<b>AU 13</b>	<b>12.057</b>	
São Sebastião da Amoreira	8.626	Médio
Nova América da Colina	3.478	Baixo
<b>AU 14</b>	<b>124.651</b>	
Toledo	119.002	Alto
Ouro Verde do Oeste	5.649	Médio
<b>AU 15</b>	<b>105.981</b>	
Umuarama (PR)	100.025	Médio Alto
Maria Helena (PR)	5.956	Baixo
<b>AU 16</b>	<b>85.669</b>	
União da Vitória	52.176	Médio
Porto União	33.493	Médio
<b>População total</b>	<b>2.079.464</b>	

As referências de corte foram estabelecidas em função da taxa estadual (0,88% a.a.), sendo Baixo: % a.a. < 0; Médio:  $0 \leq \% \text{ a.a.} < 0,88$ ; Médio alto:  $0,88 \leq \% \text{ a.a.} < 1,76$ ; e Alto:  $1,76 < \% \text{ a.a.}$  Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_demografica\\_social/taxa\\_crescimento\\_populacao\\_total.jpg](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_demografica_social/taxa_crescimento_populacao_total.jpg)

Outros parâmetros poderiam ser considerados para se avaliar a complexidade de cada uma das AUs, como, por exemplo, a contiguidade dos perímetros urbanos dos municípios. Ao mesmo tempo, estudos mais específicos para cada uma delas identificará características econômicas e sociais que deverão formatar o modo associativo para seu planejamento e gestão. Iniciativas já existentes podem ilustrar esse raciocínio: consórcios de saúde e resíduos sólidos, projetos e programas de conservação, preservação e recuperação de bacias hidrográficas, ação integrada para manutenção de vias intermunicipais, projetos de desenvolvimento econômico regional, dentre outros.

As informações referentes a atributos da mancha urbana (Apêndice 1) e observações de interesse regional encontradas nas ações propostas nos Planos Diretores Municipais (Apêndice 2) igualmente podem contribuir para esse detalhamento. No Apêndice 3, tem-se uma compilação dos Planos de Ação de cada um dos PDMs, editados e com informações que possam contribuir para uma futura agenda dos PDUIs das referidas Aglomerações Urbanas.



# Síntese

A partir das análises parciais descritas acima é possível elaborar uma síntese que descreva as maiores e menores complexidades que as AUs paranaenses contêm. Tal síntese deve contribuir para a formulação de políticas regionais específicas e, no caso do executivo paranaense, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano / SEDU, políticas estaduais. O Quadro a seguir apresenta cinco indicadores parciais, os quais variam da seguinte maneira: nucleação (um para os casos de nucleação única da AU e dois para o caso de nucleação compartilhada); volume demográfico (de um a quatro, conforme análise no contexto de todas as AUs); inserção político-administrativa (de um a três, variando de estadual, interestadual e internacional); e continuidade da mancha urbana (um para casos onde não há continuidade e dois para o caso contrário).

Quadro VII – AUs: Complexidades para seu planejamento e gestão.					
AUs	Nucleação	Volume Demográfico	Inserção Político Administrativa	Mancha Urbanizada Contígua	Total
Nossa Senhora das Graças - Colorado	1	2	1	1	5
Dionísio Cerqueira -Barracão - Bernardo de Irigoyen	2	2	3	2	9
Fóz do Iguaçu - Santa Terezinha de Itaipú - Ciudad del Este - Puerto. Iguazú	1	5	3	2	11
Guaira - Salto del Guayrá	1	2	3	2	8
Santo Antônio do Sudoeste - Pranchita - San Antonio	1	2	1	2	6
Matinhos - Pontal do Paraná - Guaratuba	2	3	1	2	8
Nova Londrina - Marilena	2	1	1	2	6
Paranacity - Cruzeiro do Sul	1	1	1	2	5
Paranavaí - Nova Aliança do Ivaí	1	3	1	1	6
Pato Branco - Vitorino	1	3	1	1	6
Ponta Grossa - Carambeí	1	4	1	1	7
Rio Negro - Mafra	2	3	2	2	9
São Sebastião da Amoreira - Nova América da Colina	1	1	1	1	4
Toledo - Ouro Verde do Oeste	1	4	1	1	7
Umuarama - Maria Helena	1	4	1	1	7
União da Vitória - Porto União	2	3	2	2	9

Nucleação: 1 núcleo: 1; 2 núcleos: 2. Volume demográfico: Até 20.000 habitantes: 1; de 20.000 a 50.000 habitantes: 2; de 50.000 a 100.000 habitantes: 3; de 100.000 a 500.000 habitantes: 4; mais de 500.000 habitantes: 5. Inserção político administrativa: Estadual: 1; Interestadual: 2; Internacional: 3. Mancha Urbanizada Contígua: Sem mancha: 1; com mancha: 2. Total: Altíssima Complexidade: => 11; Alta Complexidade: <11 e => 9; Média Complexidade: <9 e >5; Baixa Complexidade: =< 5







O quadro acima revela quatro grupos distintos de complexidade para o planejamento e gestão das AUs paranaenses, com reflexos imediatos em termos de montante de recursos financeiros e humanos para sua realização. Primeiramente, de modo distinto, tem-se a Aglomeração Urbana de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, sabidamente com problemas e potencialidades distintas de todas as demais e que exige articulações em nível nacional. No extremo oposto, tem-se as AUs de Nossa Senhora das Graças (PR) + Colorado (PR); Paranacity (PR) + Cruzeiro do Sul (PR); São Sebastião da Amoreira/PR + Nova América da Colina (PR). Em posições intermediárias, as demais doze Aglomerações Urbanas.

O item a seguir sugere diretrizes gerais para o conjunto de AUs ainda sem a consideração das particularidades de cada uma delas.



# *Diretrizes para as Aglomerações Urbanas*

Para o caso das diretrizes institucionais apresentadas ao final deste documento, adotou-se como diretriz a inserção das Aglomerações Urbanas na organização administrativa de uma Região Metropolitana, quando essa aí correr essa situação. Nos demais casos, a Aglomeração Urbana fará parte de uma Microrregião, sendo tratada com sua especificidade no interior dessa organização regional.

As diretrizes apresentadas no quadro a seguir são pensadas pela perspectiva de uma possível atuação do executivo paranaense, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano/SEDU.

## Quadro VIII – Diretrizes institucionais específicas

### Diretrizes

1. Elaborar Planos de Desenvolvimento Urbano e Regional Integrados (PDUI's) para cada uma das Aglomerações Urbanas do Paraná em atendimento ao estabelecido no Estatuto da Metrópole. Considerando os altos custos que essa diretriz implica, sugere-se discutir a possibilidade de que esse seja elaborado a partir dos atuais Planos Diretores Municipais vigentes, ou daqueles a serem revisados, salvaguardada a necessidade de debates com a visão regional.
2. Formular estudos – anteriores aos PDUIs que confirmem a existência das AUs acima listadas, sempre como iniciativas municipais, construindo assim um processo de planejamento e, eventualmente, de gestão intermunicipal.
3. Entender o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado de cada AU como referência para os Planos Diretores Municipais a serem elaborados/revidados/ a partir de então;
4. Os Planos Diretores Municipais de municípios integrantes de Aglomerações Urbanas, para além dos compromissos tradicionais de um Plano Diretor Municipal, deverão também priorizar, minimamente, a discussão e proposição regional de três Funções Públicas de Interesse Comum: uso, ocupação e parcelamento do solo, meio ambiente e mobilidade.
5. Elaborar Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados para as Aglomerações Urbanas do Estado do Paraná, considerando sua inclusão no interior de uma Microrregião.
6. Avaliar a capacidade técnica e logística das atuais Associações de Municípios para assumir as responsabilidades do planejamento e gestão das Microrregiões que conterão AUs; considerando as últimas como partes integrantes das primeiras, compondo estruturas intermunicipais específicas para o trato das Funções Públicas de Interesse Comum, com destaque para o uso, ocupação e parcelamento do solo intermunicipal.
7. Para além das prioridades de planejamento e gestão consorciada do uso do solo municipal que se propõe como atividade principal de institucionalização das Aglomerações Urbanas, sugere-se, para o caso daquelas localizadas em fronteiras internacionais, uma vinculação com projetos e programas federais de segurança e controle migratório e de aduana (conforme já anunciado em Planos Diretor de Foz do Iguaçu, por exemplo).
8. Demandar, no caso de Planos Diretores financiados, exigência de apresentação de estudos específicos da relação do município no seu contexto da AU, com destaque para as Leis de Perímetro Urbano, Sistema Viário, Uso e Ocupação do Solo e de Parcelamento do Solo.
9. Utilizar para o caso de gestão consorciada no interior das AUs o referencial técnico da SEDU/Paranacidade e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, disponível.
10. Para o caso das Microrregiões que contenham Aglomerações Urbanas, os PDUIs deverão diagnosticar e propor medidas específicas para essa configuração urbana intermunicipal.



## *Encaminhamentos*

A partir da identificação de cada uma das Aglomerações Urbanas paranaenses apresentadas acima, os dois Apêndices que seguem contêm informações que podem auxiliar na elaboração dos seus futuros Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados / PDUIs.

O primeiro deles diz respeito às imagens de satélite que esclarecem a ocupação urbana das AUs, as contiguidades municipais existentes e, com isso, indicativos diretos de seus graus de complexidade para o trato da Função Pública de Interesse Comum “ocupação/uso do solo”.

O segundo apêndice traz uma síntese de material encontrado nos Planos Diretores Municipais que possam interessar ao planejamento regional das Aglomerações Urbanas. Esse material foi retirado do último Plano Diretor Municipal disponível, seja da leitura integral desses documentos, seja de seus Planos de Ação e Investimentos.



Referências para a

# **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional**

para o Estado do Paraná

**Apêndice I**  
Imagens aéreas das Aglomerações Urbanas Paranaenses



Figura I - AU Colorado – Nossa Senhora das Graças





Figura II - AU Barracão - Dionísio Cerqueira - Bernardo de Irigoyen





Figura III - AU Foz do Iguacu - Ciudad del Este – Puerto Iguazú – Santa Terezinha de Itaipu

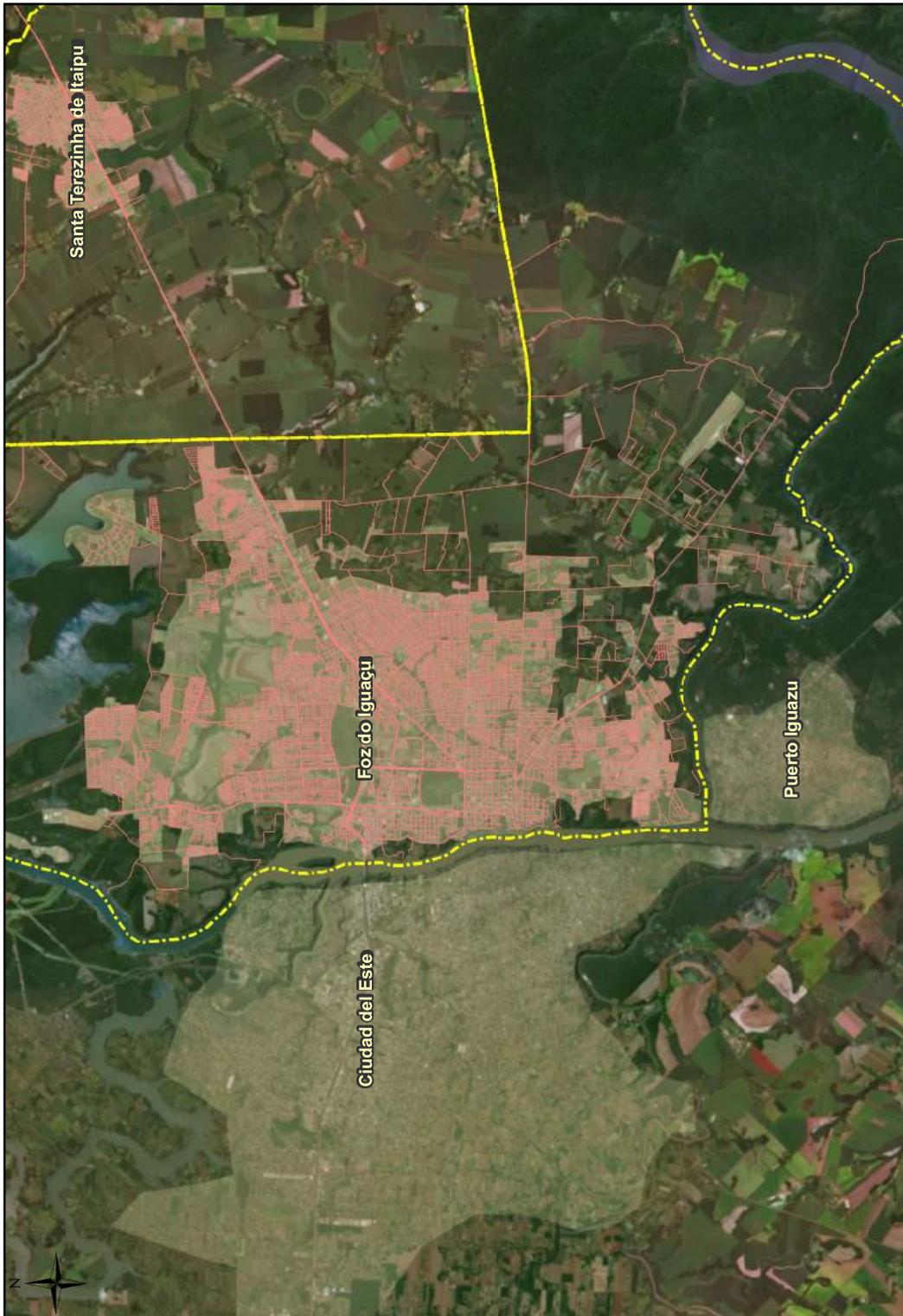




Figura IV - AU Guaíra - Salto del Guaira





Figura V - AU Santo Antônio do Sudoeste - Pranchita

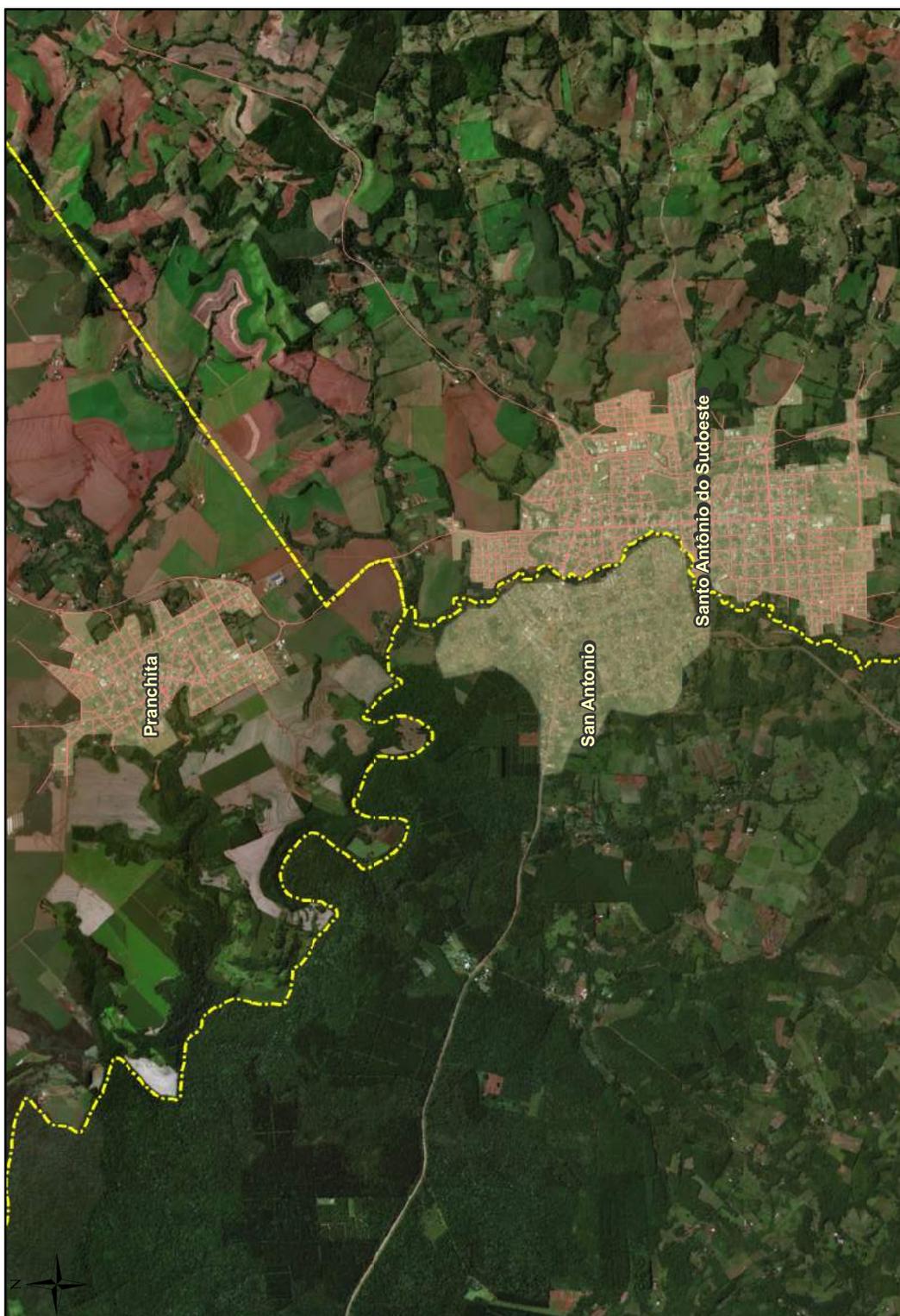




Figura VI - AU Matinhos - Pontal do Paraná

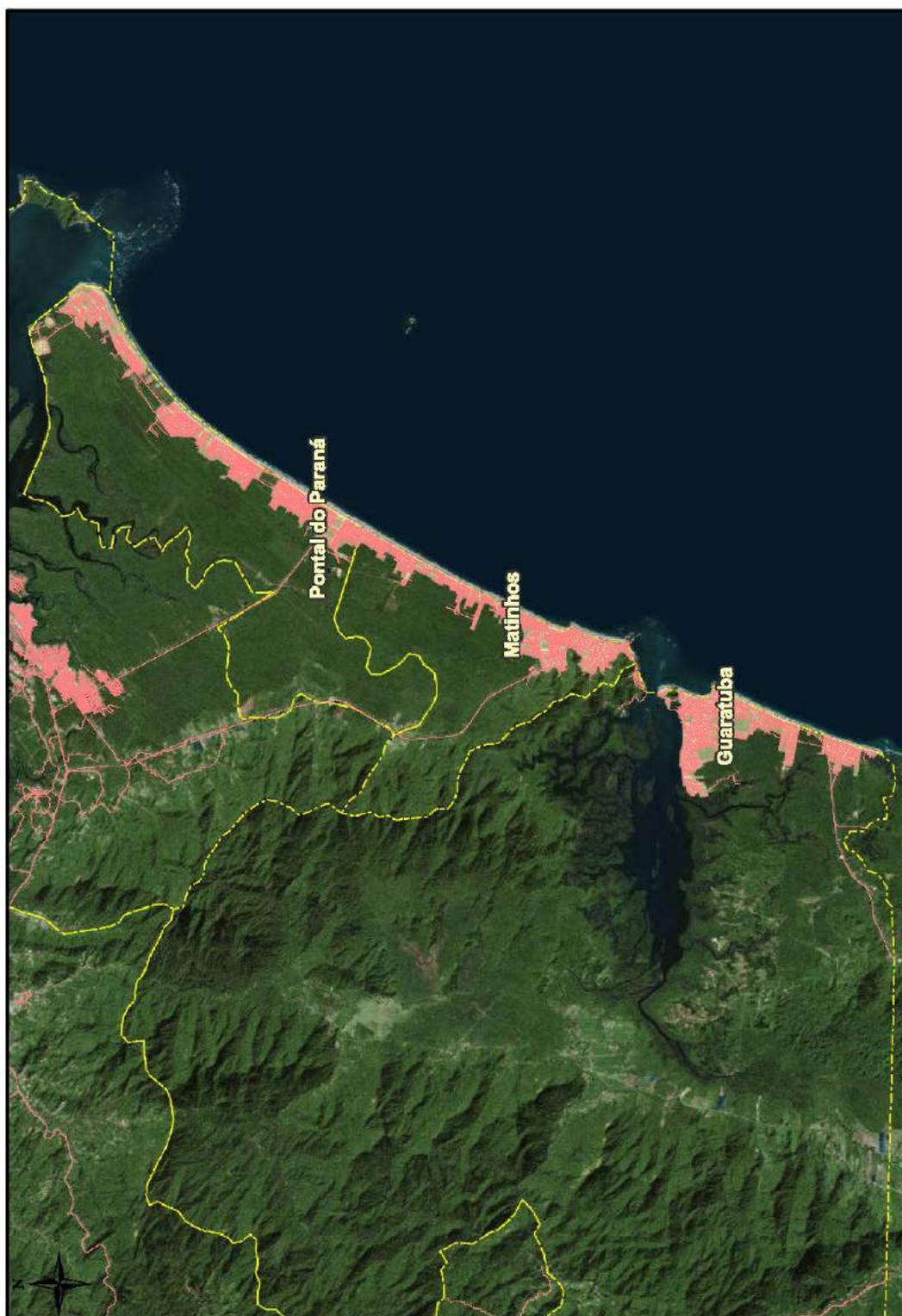




Figura VII - AU Nova Londrina - Marilena

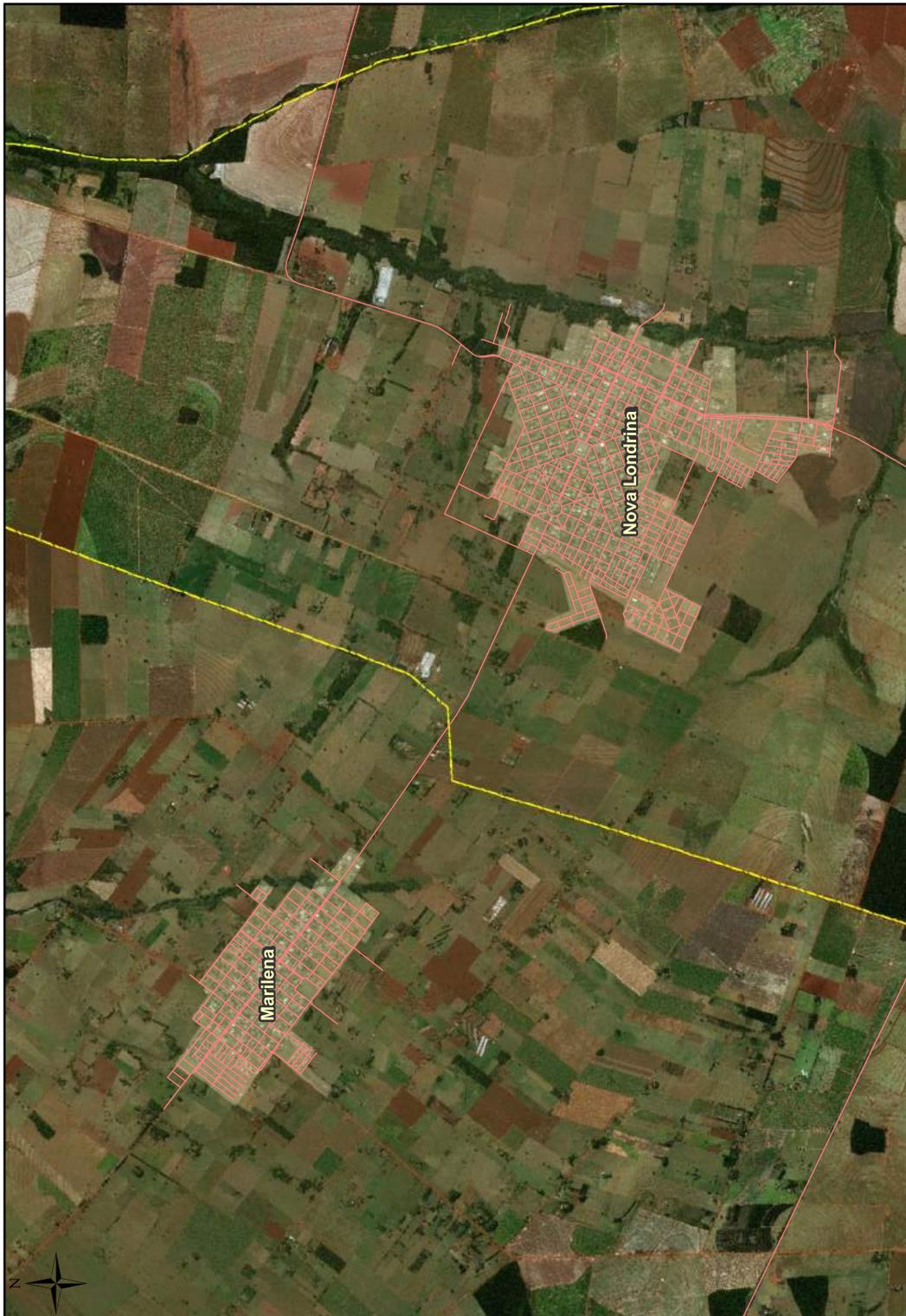




Figura VIII - AU Paranacity - Cruzeiro do Sul





Figura IX - AU Nova Aliança do Ivaí - Paranaíba





Figura X - AU Pato Branco - Vitorino

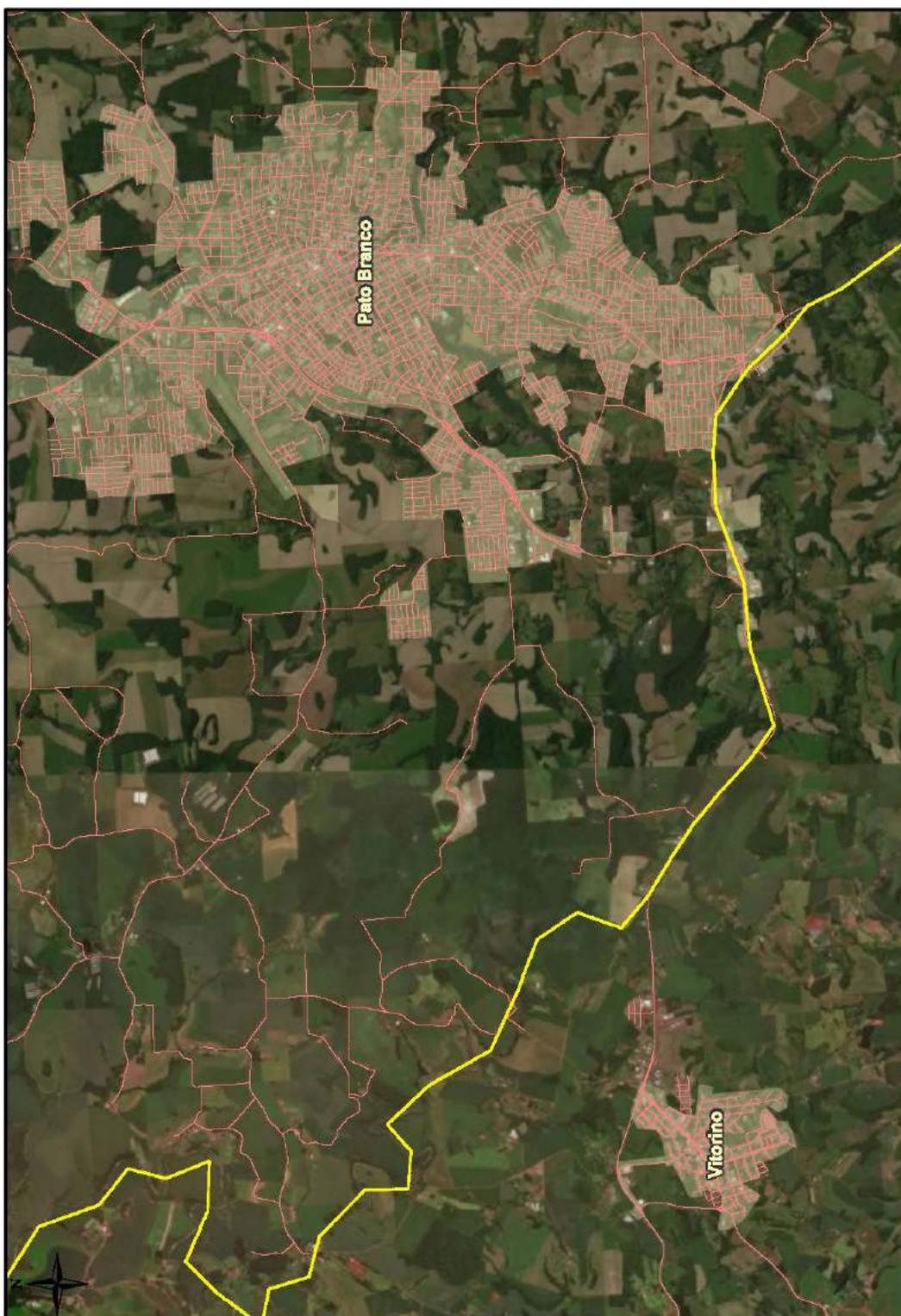




Figura XI - AU Ponta Grossa - Carambei

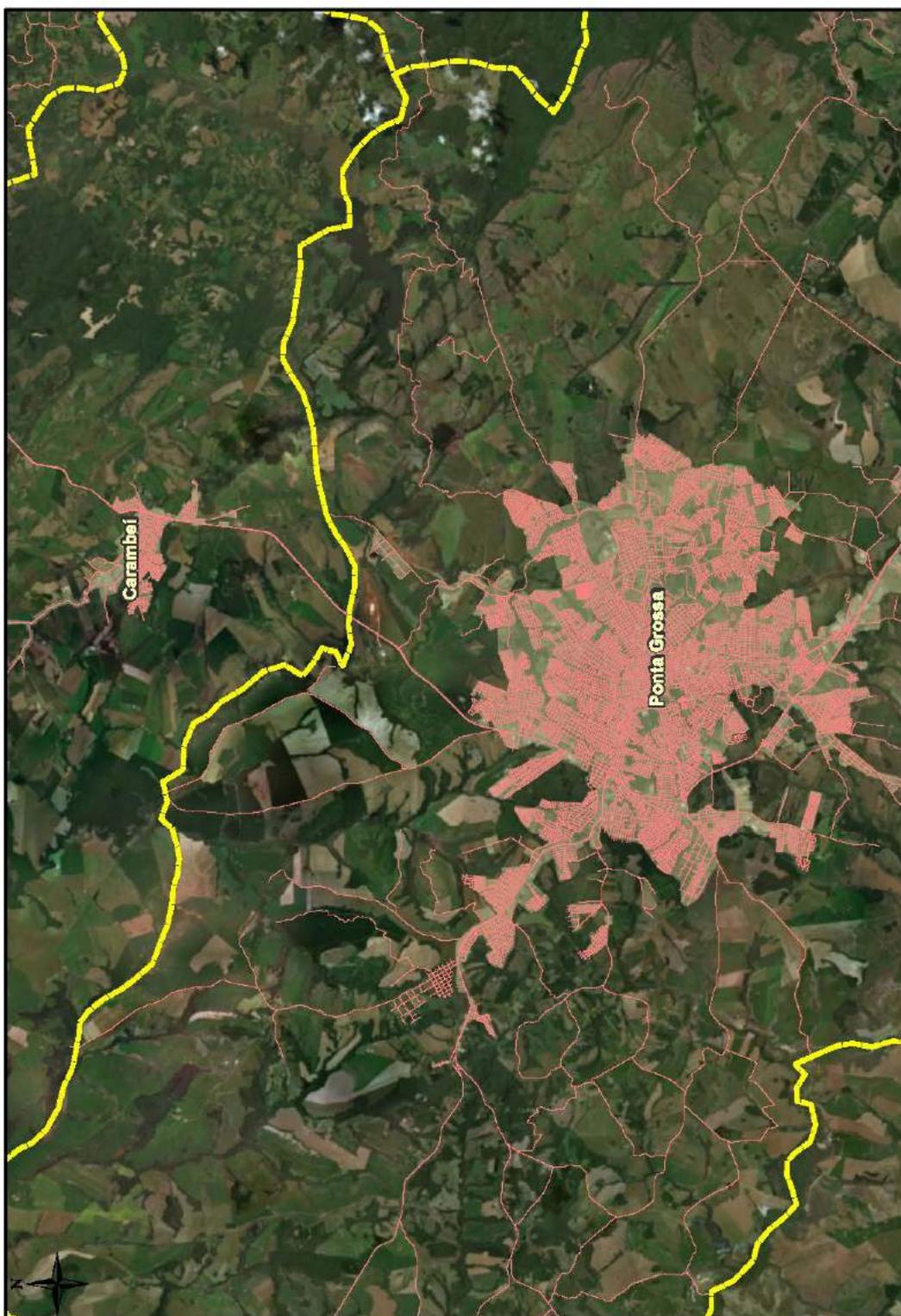




Figura XII - AU Rio Negro – Mafra





Figura XIII - AU São Sebastião da Amoreira - Nova América da Colina





Figura XIV - AU Toledo - Ouro Verde do Oeste

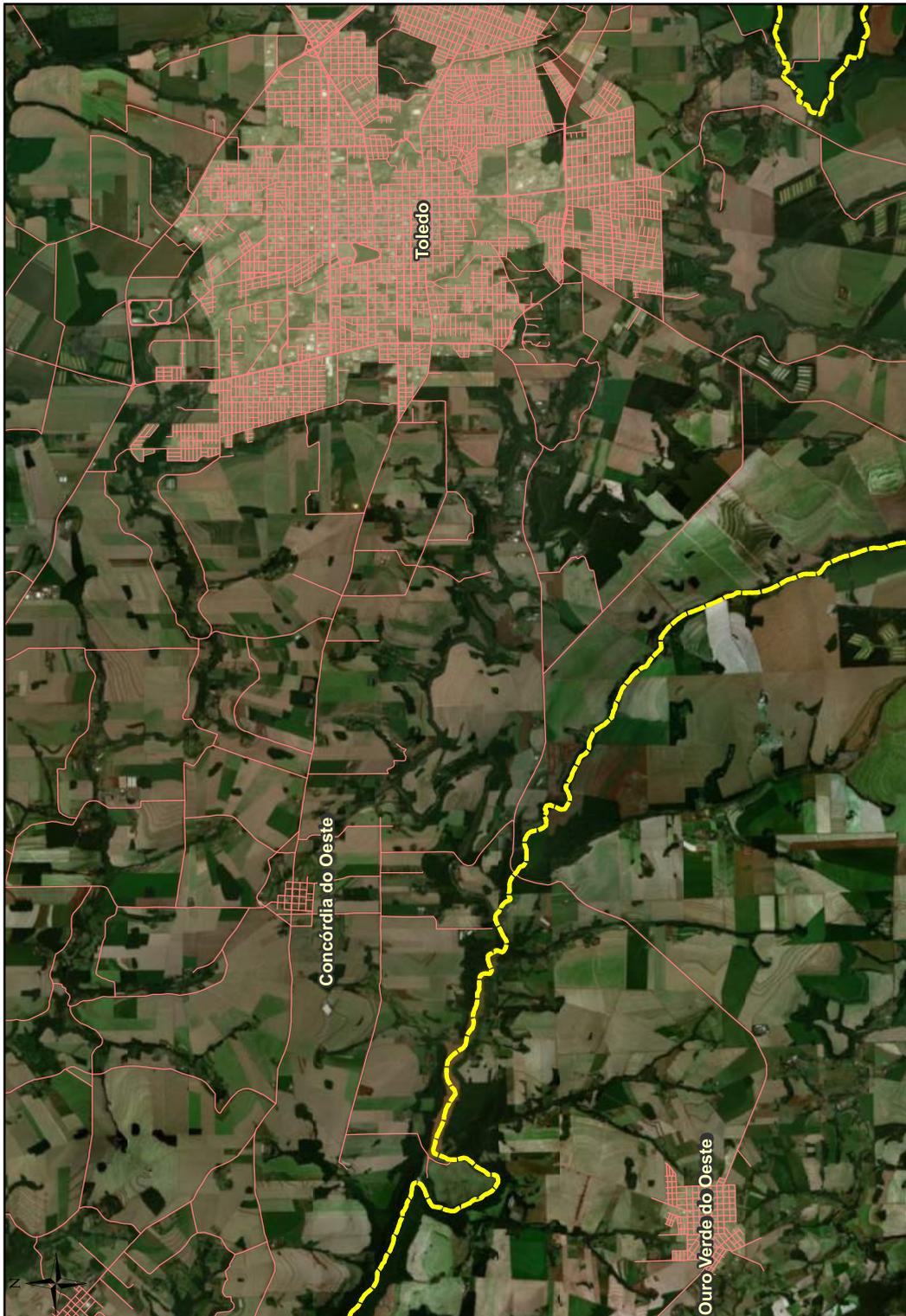




Figura XV - AU Umuarama - Maria Helena

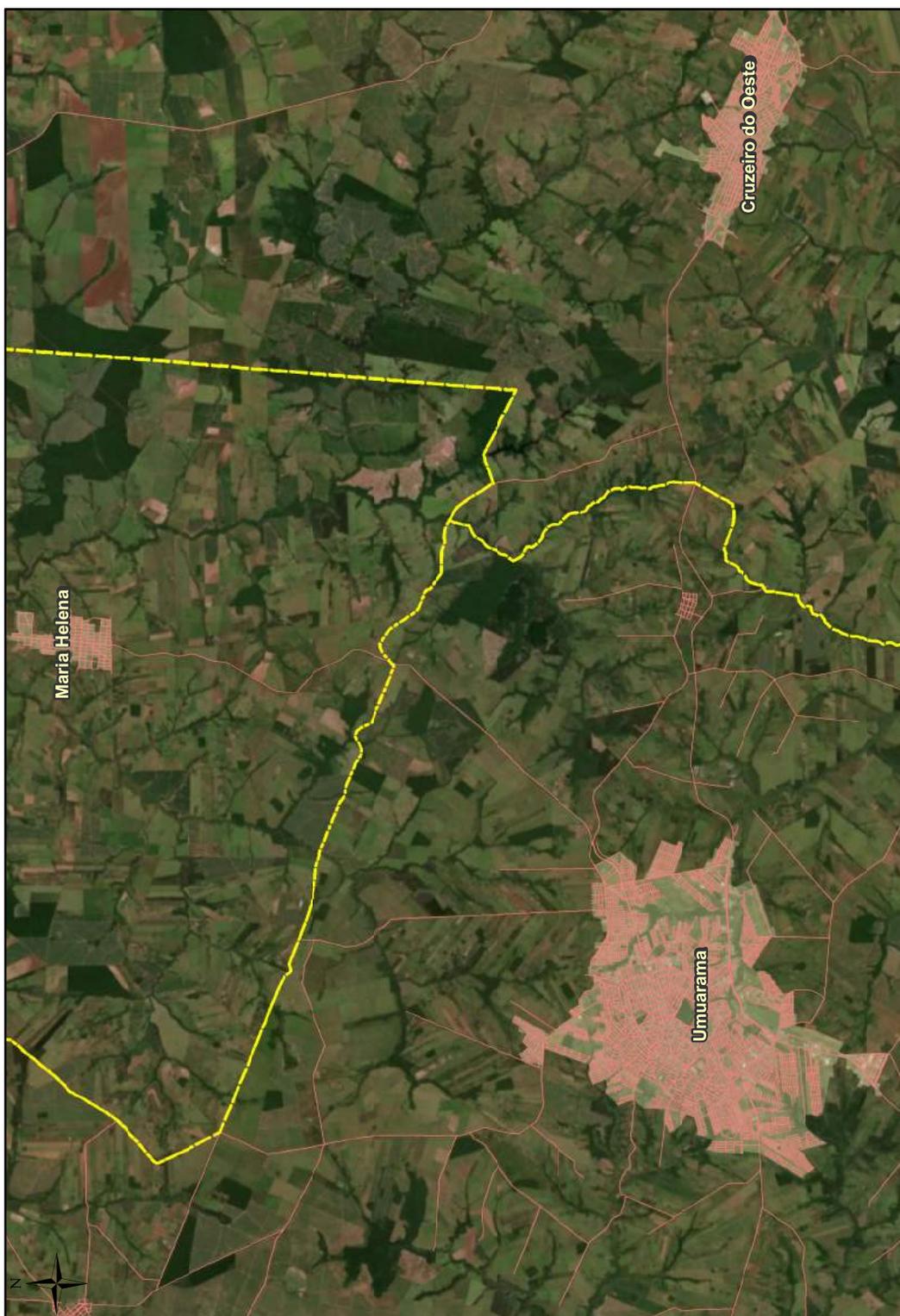




Figura XVI - AU União da Vitória - Porto União





Referências para a

# **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional**

para o Estado do Paraná

**Apêndice II**

## **Planos Diretores Municipais e suas relações com a ocupação regional.**

Observações de interesse regional encontradas nos textos dos referidos Planos Diretores Municipais



Planos Diretores Municipais dos municípios das Aglomerações Urbanas:  
observações relativas a possíveis impactos regionais retiradas do texto dos Plano Diretores.

**I. AU Colorado - Nossa Senhora das Graças**

**Colorado / PR / 2017**

**Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Colorado constituía-se como município, pela Lei Estadual nº 253, de 02 de dezembro de 1954, desmembrando-se do município de Jaquapitã. Há um crescimento equilibrado leste/oeste.

**Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem conter interface regional:**

Promover e estimular o desenvolvimento econômico local;

Aquisição de áreas para instalação de novas empresas/Construção de Incubadoras;

Revitalização dos Parques Industriais I e II;

Criar Cooperativas e Associações;

Capacitar produtores para agregar valor à Matéria-prima/desenvolver atividades alternativas;

Realização de Infraestrutura de esgotos sanitários

Realização de Infraestrutura do Sistema de Abastecimento de Água;

Construção Aterro Sanitário/aquisição caminhões coleta lixo/const. Barracão recicl. Lixo; construção de meio-fio, calçadas e readequação dos passeios públicos existentes;

Aquisição de Equipamentos Rodoviários - Pá Carregadeira, Caminhões; Construção de Pista de Caminhada e ciclovia;

Necessidade de transposição de trevo; Aquisição de equipamento p/ manutenção de poda de árvores;

Reestruturação do Matadouro Municipal;

Aquisição área para construção cemitério/realização teste Percolação do solo cemitério atual;

Aquisição Patrulha Rural Mecanizada;

Veículo para transportar a equipe de Controle de Vetores e Saúde da Família;

Aquisição de equipamentos médico-hospitalares permanentes para Unidades Básicas de Saúde;

Reforma do Terminal Rodoviário/Cobertura de pontos de Ônibus e Táxi;

Construção e Equipamentos/Materiais de 01 (uma) Unidade de Saúde;

Construção de sede própria para o Corpo de Bombeiros da Defesa Civil;

Construção de Bibliotecas Públicas;

Reestruturação do Sistema de Transporte da Rede de Ensino Municipal;

Aquisição de equipamentos e material permanente na Assistência Social;

Elaborar e implementar Plano de Desenvolvimento Turístico;

Elaborar o Inventário Turístico;

Criar o Conselho do Turismo.

**Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

O município de Nossa Senhora das Graças pertence à microrregião da AMUSEP, tendo como cidade-polo regional Maringá.

A cidade que apresenta o maior número de relações com Nossa Senhora das Graças é Colorado, uma vez que mensalmente há um número médio de 740 passagens vendidas para esta cidade. O segundo principal destino dos habitantes de Nossa Senhora das Graças é Guaraci, sendo que a média mensal de viagens até lá é de 160.

A partir da análise socioeconômica do município, é possível concluir que esse alto índice se revela principalmente devido ao grande número de moradores do município que se deslocam diariamente para municípios vizinhos para trabalhar em usinas de cana-de-açúcar. Esses deslocamentos ocorrem para três localidades: para o distrito de Colorado – Alto Alegre, para Porecatu e Paranacity. A intensidade dos fluxos para cada um desses locais, respectivamente, é de aproximadamente: 593 pessoas, 42 pessoas e 15 pessoas. Resulta em uma estimativa de 650 pessoas, que representa quase 17% da população municipal total, e ainda 25% da população em idade economicamente ativa.

Somado ao esse expressivo contingente de pessoas que se deslocam para trabalhar nas usinas de cana-de-açúcar, há ainda um número de 20 pessoas que se deslocam para estudar em Maringá, para cursar o ensino superior e cursinhos universitários nesse município.

Comparativamente a esta lei do Plano Diretor de 1994, no projeto de Lei proposto, havia uma grande ampliação do perímetro urbano, em direção as saídas para Guaraci e Colorado, incorporando as chácaras localizadas nestas regiões. Esta proposta não levou em conta o baixo crescimento populacional do município.

**Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Aquisição de barracas para feira de produtores rurais;

Zoneamento Ecológico Econômico e levantamento das áreas de Mata remanescente;

Estudo de viabilidade de implantação de Cooperativa;

Construção de Barracão destinado ao incentivo à agro industrialização;

Aquisição de veículo para coleta de lixo;

Adequar o depósito de lixo as normas ambientais;

Implantação de Lagoa de tratamento de esgoto e implantação de parte da rede de coleta;

Manutenção das estradas Rurais.

**Observações para a AU:**

Possíveis articulações intermunicipais: Em ambos os casos há propostas municipais de difícil utilização conjunta; todavia, este não é o perfil majoritário das propostas.

Sem dúvida, as propostas, ainda que genéricas, de desenvolvimento econômico local, observadas em Colorado só fazem sentido articuladas com municípios vizinhos, ganhando escala nas ações, atingindo o patamar microrregional, minimamente. Este é o caso também das estruturas institucionais para esse intento, como é o caso do proposto Conselho do Turismo e Fórum de Desenvolvimento Municipal e Conselho de Desenvolvimento Turístico.

Propostas de criação de Cooperativas e Associações, observadas em Colorado, igualmente, fazem sentido se ampliadas para um patamar econômico regional, ainda que isso implique na decisão polêmica de onde situar a sede de qualquer instituição que venha a ser formada e mantida.

Há projetos urbanísticos de infraestrutura básica de caráter eminentemente municipal e, por consequência, as suas obras deveriam ser pensadas separadamente; porém, negociações junto ao governo do estado ou federal podem ser encaminhadas em nível regional, seja no patamar da microrregião, seja no patamar da Aglomeração Urbana. Este é o caso observado nas infraestruturas de água, esgoto, recuperação de vias e, sobretudo, na construção de aterro sanitário (incluindo uma eventual proposta de consórcio para os serviços de coleta e destino final do resíduo).

Questões como a construção de terminal rodoviário em Colorado merecem estudos mais aprofundados, porém é possível sugerir a implantação de uma instalação única para esse serviço. O mesmo raciocínio serve para o caso de parques municipais; no caso dos parques urbanos, sem dúvida, a parceria intermunicipal é inviável, mas na eventualidade de parques regionais ou contíguos, a ação conjunta é não apenas otimizadora de esforços, mas igualmente compulsória.

Todos os demais serviços relacionados à saúde, educação e cultura, vale a preocupação em se ter essa oferta de modo regionalizado e hierarquizado entre os municípios integrantes; no caso desta Aglomeração Urbana e de todas as outras, a possibilidade de se ter essa prestação de serviços desse modo é ainda mais recomendada.

Chama também a atenção a proposta de Zoneamento Ecológico Econômico e levantamento das áreas de Mata remanescente no município de Nossa Senhora das Graças, a qual deve ser avaliada em conjunto com outras propostas de criação de Unidades de Conservação eventualmente existentes em Colorado.

**Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

O município de Nossa Senhora das Graças pertence à microrregião da AMUSEP, tendo como cidade polo regional Maringá.

A cidade que apresenta o maior número de relações com Nossa Senhora das Graças é Colorado, uma vez que mensalmente há um número médio de 740 passagens vendidas para esta cidade. O segundo principal destino dos habitantes de Nossa Senhora das Graças é Guaraci, sendo que a média mensal de viagens até lá é de 160.

A partir da análise socioeconômica do município, é possível concluir que esse alto índice se revela principalmente devido ao grande número de moradores do município que se deslocam diariamente para municípios vizinhos para trabalhar em usinas de cana-de-açúcar. Esses deslocamentos ocorrem para três localidades: para o distrito de Colorado – Alto Alegre, para Porecatu e Paranacity. A intensidade dos fluxos para cada um desses locais, respectivamente, é de aproximadamente: 593 pessoas, 42 pessoas e 15 pessoas. Resulta em uma estimativa de 650 pessoas, que representa quase 17% da população municipal total, e ainda 25% da população em idade economicamente ativa.

Somado ao esse expressivo contingente de pessoas que se deslocam para trabalhar nas usinas de cana-de-açúcar, há ainda um número de 20 pessoas que se deslocam para estudar em Maringá, para cursar o ensino superior e cursinhos universitários nesse município.

Comparativamente a esta lei do Plano Diretor de 1994, no projeto de Lei proposto, havia uma grande ampliação do perímetro urbano, em direção as saídas para Guaraci e Colorado, incorporando as chácaras localizadas nestas regiões. Esta proposta não levou em conta o baixo crescimento populacional do município.

**Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Aquisição de barracas para feira de produtores rurais;

Zoneamento Ecológico Econômico e levantamento das áreas de Mata remanescente;

Estudo de viabilidade de implantação de Cooperativa;

Construção de Barracão destinado ao incentivo à agro industrialização;

Aquisição de veículo para coleta de lixo;

Adequar o depósito de lixo as normas ambientais;

Implantação de Lagoa de tratamento de esgoto e implantação de parte da rede de coleta;

Manutenção das estradas Rurais.

**Observações para a AU:**

Possíveis articulações intermunicipais: Em ambos os casos há propostas municipais de difícil utilização conjunta; todavia, este não é o perfil majoritário das propostas.

Sem dúvida, as propostas, ainda que genéricas, de desenvolvimento econômico local, observadas em Colorado só fazem sentido articuladas com municípios vizinhos, ganhando escala nas ações, atingindo o patamar microrregional, minimamente. Este é o caso também das estruturas institucionais para esse intento, como é o caso do proposto Conselho do Turismo e Fórum de Desenvolvimento Municipal e Conselho de Desenvolvimento Turístico.

Propostas de criação de Cooperativas e Associações, observadas em Colorado, igualmente, fazem sentido se ampliadas para um patamar econômico regional, ainda que isso implique na decisão polêmica de onde situar a sede de qualquer instituição que venha a ser formada e mantida.

Há projetos urbanísticos de infraestrutura básica de caráter eminentemente municipal e, por consequência, as suas obras deveriam ser pensadas separadamente; porém, negociações junto ao governo do estado ou federal podem ser encaminhadas em nível regional, seja no patamar da microrregião, seja no patamar da Aglomeração Urbana. Este é o caso observado nas infraestruturas de água, esgoto, recuperação de vias e, sobretudo, na construção de aterro sanitário (incluindo uma eventual proposta de consórcio para os serviços de coleta e destino final do resíduo).

Questões como a construção de terminal rodoviário em Colorado merecem estudos mais aprofundados, porém é possível sugerir a implantação de uma instalação única para esse serviço. O mesmo raciocínio serve para o caso de parques municipais; no caso dos parques urbanos, sem dúvida, a parceria intermunicipal é inviável, mas na eventualidade de parques regionais ou contíguos, a ação conjunta é não apenas otimizadora de esforços, mas igualmente compulsória.

Todos os demais serviços relacionados à saúde, educação e cultura, vale a preocupação em se ter essa oferta de modo regionalizado e hierarquizado entre os municípios integrantes; no caso desta Aglomeração Urbana e de todas as outras, a possibilidade de se ter essa prestação de serviços desse modo é ainda mais recomendada.

Chama também a atenção a proposta de Zoneamento Ecológico Econômico e levantamento das áreas de Mata remanescente no município de Nossa Senhora das Graças, a qual deve ser avaliada em conjunto com outras propostas de criação de Unidades de Conservação eventualmente existentes em Colorado.

## 2. AU Barracão – Dionísio Cerqueira - Bernardo Irigoyen

### Barracão / PR / 2007

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Promoção da integração entre os municípios limítrofes de Barracão, no Paraná e Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, pertencentes à Faixa de Fronteira, em função da similaridade dos processos de ocupação de seus territórios e de suas consequências, buscando soluções compartilhadas para os problemas comuns, em especial quanto aos parâmetros de uso e ocupação do solo, mobilidade, habitação de interesse social, saneamento ambiental e proteção ao meio ambiente ;

Desenvolver projeto de parceria para a reestruturação do hospital de Dionísio Cerqueira, o qual assumiria as funções de um hospital regional, atendendo os municípios da fronteira ;

Estruturar uma equipe de saúde mental, com a contratação de psicólogo, assistente social, psiquiatra e terapeuta ocupacional, em parceria com o município de Dionísio Cerqueira ;

A integração dos municípios de Barracão, Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen, em termos de uma política de desenvolvimento em comum ainda é incipiente e algumas ações se sobrepõem ou são conflitantes ;

Por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, estabelecer parcerias com as entidades locais e com a Faculdade da Fronteira (FAF), para desenvolver ações que estimulem o desenvolvimento local de Barracão, procurando integrarem-se com as ações desenvolvidas em Dionísio Cerqueira/SC e no município argentino de Bernardo de Irigoyen ;

O Poder Público Municipal, no processo de implementação das ações relativas aos incisos X a XIII e na implementação do processo de gestão urbana, deverá buscar a articulação com o Programa Municipal Integrado de Revitalização de Áreas Centrais, do município de Dionísio Cerqueira/SC, com destaque para o tratamento urbanístico das vias que integram as divisas intermunicipais e interestaduais entre Barracão e Dionísio Cerqueira.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que contam com interface regional:**

Estabelecer um Convênio de Cooperação Técnica e Institucional entre o município e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) ;

Elaborar diagnóstico e zoneamento ambiental do município, inclusive da área urbana, com acompanhamento e avaliações periódicas ;

Adotar as bacias hidrográficas como unidade de planejamento e gestão ambiental, estabelecendo, então, as diretrizes para a elaboração de projetos e ações específicas de gestão municipal das águas nas bacias e microbacias municipais ;

Desenvolver projeto específico para melhorias viárias e solução de conflitos decorrentes das interseções, cruzamentos e transposições da PRT-163 e da BR-373;

Criar um grupo para avaliar a implantação de um anel de contorno da PRT-163, em parceria com os órgãos estaduais e federais de infraestrutura viária (DER-PR e DNIT), formatando projeto específico ;

Elaborar um projeto de implantação de um novo cemitério, a partir de um estudo que identifique áreas que possam abrigar este equipamento ;

No âmbito do PDR, propor ações de fortalecimento do associativismo e do cooperativismo ;

No âmbito do PDR, prever ações continuadas de assistência técnica para o pequeno produtor rural ;

No âmbito do PDR e das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Agricultura, definir mecanismos e instrumentos que estimulem a comercialização da produção local, seja pelo poder público, seja pelos empresários de Barracão, aproveitando, inclusive, as oportunidades como o Programa Compra Local ;

No âmbito das ações de estímulo ao desenvolvimento econômico de Barracão, priorizar ações que contribuam para a formação e capacitação da mão-de-obra local, inclusive através de parcerias com órgãos públicos e entidades privadas;

Aproveitar oportunidades econômicas (industriais e comerciais) decorrentes da posição de fronteira, especialmente na área de comércio (restaurantes e lojas), da prestação de serviços (como hotéis e transportadoras) e de artesanato ;

Desenvolver projetos de aproveitamento do potencial turístico do município (zona rural e urbana), especialmente no distrito de Siqueira Belo (turismo religioso) e na sede municipal, como mecanismo alternativo de geração de emprego e renda ;

Através do trabalho desenvolvido pela Associação Comercial e Empresarial (ASCOAGRIN), favorecer ações de formação, capacitação e qualificação da mão-de-obra local, em sintonia com o perfil e a oferta dos postos de trabalho e oportunidades oferecidas pela economia local ;

Através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), estabelecer parcerias com as entidades locais e com a Faculdade da Fronteira (FAF), para desenvolver ações que estimulem o desenvolvimento local de Barracão, procurando integrarem-se com as ações desenvolvidas em Dionísio Cerqueira/SC e no município argentino de Bernardo de Irigoyen ;

Estabelecer parceria com o governo estadual para garantir o acesso ao ensino médio e para adoção de ações conjuntas de combate à evasão escolar, notadamente na zona rural ;

Através do levantamento dos cursos disponíveis na região, estabelecer parcerias com instituições de ensino e capacitação para implantação de cursos técnicos profissionalizantes ;

Desenvolver projeto de parceria para a reestruturação do Hospital de Dionísio Cerqueira/SC, o qual assumiria as funções de um hospital regional, atendendo os municípios da fronteira ;

Desenvolver, através de programas e projetos específicos, ações de prevenção e promoção da saúde na triângulo-fronteira;

Estruturar uma equipe de saúde mental, com a contratação de psicólogo, assistente social, psiquiatra e terapeuta ocupacional, em parceria com o município de Dionísio Cerqueira.

**Dionísio Cerqueira / SC / 1984**

Lei Ordinária 3826/2007 que dispõe exclusivamente sobre o **Plano Diretor Participativo do município** e sobre processo de planejamento e gestão do desenvolvimento do município faz menção sobre incentivo a livre iniciativa, visando o fortalecimento das atividades econômicas, com ênfase na implantação e no desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais – APL.

**Bernardo de Irigoyen / Argentina**

O Relatório Final de abril de 2011 do Plano Estratégico Sustentável Turístico das Regiões de Fronteiras e dos Saltos de Moconá, do Programa Multissetorial de Empréstimos do BID para a República Argentina, faz referência sobre a necessidade de incluir agenda especial dos governos da Argentina e do Brasil para Constituir o Consórcio Integrado Intermunicipal de Fronteira, constituído pelos municípios de Bernardo de Irigoyen e Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bom Jesus do Sul (PR).

Não foram identificadas informações mais específicas sobre desenvolvimento urbano da Municipalidade de Bernardo de Irigoyen, província de Misiones, Argentina.

**Observações:**

Possíveis articulações intermunicipais: A não disponibilização do Plano Diretor de Dionísio Cerqueira dificulta a determinação de possíveis ações conjuntas a partir dos Planos de Ações Municipais. Entretanto, já no Plano de Barracão, há menções a Bernardo de Irigoyen, Argentina, sugerindo uma integração de difícil consecução por envolver questões de legislação internacional. Destacam-se as questões de desenvolvimento econômico e social, mais fundamentadas na iniciativa privada, são listadas como de interesse no Plano de Barracão. Do mesmo modo, destacam-se as propostas relacionadas à saúde pública em Barracão, com demonstração de interesse em trabalhar em parceria com Dionísio Cerqueira e mesmo com Bernardo de Irigoyen.

### 3. AU Foz do Iguaçu – Santa Terezinha de Itaipu – Ciudad del Este – Puerto Iguazú

#### Foz do Iguaçu / PR / 2016

##### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Segundo levantamentos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, no ano de 1940, a área total do município era de 8.132 km<sup>2</sup>, e atualmente, segundo o IBGE, após sucessivos desmembramentos, esta área é de 617,70 km<sup>2</sup>. A partir das últimas modificações em sua configuração, Foz do Iguaçu ficou limitada ao norte pelo lago da Usina de Itaipu e pela Ilha do Bananal (porção fragmentada do território) e pelo Município de Itaipu Ulândia, ao sul pelo Rio Iguaçu que faz fronteira com a cidade de Puerto Iguazú na Argentina, a leste com os municípios brasileiros de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu e a oeste faz limite com o Rio Paraná, que delimita a fronteira com o Paraguai, através de Ciudad del Este, Hernandárias e Presidente Franco (PDFI, 2006) ;

A evolução da ocupação e desenvolvimento deu -se de forma bastante irregular. Inicialmente, em 1881, a cidade de Guarapuava era a única frente de expansão;

Em meados de 80, percebe-se um crescimento importante nas transações entre Brasil e Paraguai , quando se intensificou o turismo de compras e o comércio atacadista exportador na região fronteiriça ;

O agravamento da situação social do município, com o crescente desemprego e desenvolvimento de uma economia informal, resultou no aumento de favelas na área urbana, nas dificuldades de inúmeros setores sociais, especialmente nas áreas de educação, saúde e segurança pública;

Assim, atualmente, Foz do Iguaçu consolida seu papel como polo especial da região ;

Segundo o IBGE, em 2000, o índice de crescimento registrado foi de 35,84% em 2001, de 3,25%, em 2002, 2,31%, 2,45% em 2003, 5,02% em 2004. Em 2005, o índice foi de 2,58%. Podem se indicar alguns fatores que justificam esta queda no crescimento: diminuição do agregado familiar que passou de 4,38, em 1991, para 3,67 em 2000; diminuição do fluxo migratório para a região;

Até o início dos anos 70, a intensificação das relações entre Foz do Iguaçu e Guaíra, bem como a construção da Estrada das Cataratas, reforçou o papel do turismo na cidade, redirecionando o crescimento na direção norte -sul, ao longo destes eixos ;

A partir da interceptação da estrada para Guaíra, a instalação das obras da Hidrelétrica, a construção das vilas de Itaipu, a implantação da estrutura viária desta parte norte, e a intensificação do turismo, provocou -se uma dinâmica distorcida sobre o uso potencial das áreas forçando uma expansão em todas as direções (exceto para a direção leste onde surgiu um grande número de conjuntos habitacionais e bairros com uma população de baixa renda salarial) ;

A cidade se desenvolveu ao longo dos principais eixos viários formados na direção norte -sul e do centro para o leste, formando uma mancha urbana em torno de grandes áreas desocupadas (vazios urbanos).

A área industrial de Foz do Iguaçu está localizada na saída para Curitiba, na porção nordeste do quadro urbano, configurando a mancha da ocupação da AU .

##### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

*Desenvolvimento de cadeias produtivas complexas;*

*Difundir a produção do conhecimento tecnológico;*

*Garantir articulação das políticas de interesse comum da região da triplíce fronteira.*

#### Santa Terezinha de Itaipu / PR / 2006

##### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Macrozona Especial de Expansão Urbana (ZEU), constituída por áreas delimitadas nas faixas lindeiras à Rodovia 277, na direção de Foz do Iguaçu, destinadas preferencialmente à expansão industrial e serviços;

Macrozona de Proteção Ambiental (ZPA), definida pelos fundos de vale dos rios do Município, por matas nativas e pelo corredor de biodiversidade de Santa Maria, destinadas à proteção do ambiente natural de interesse público, áreas de mananciais e nascentes, áreas verdes, parques e áreas de lazer.

##### **Questões observadas no Plano de Ações do PDM que contam com interface regional:**

Criar em conjunto com demais municípios sistema informatizado para o monitorar indicadores sociais e ambientais da região ;

Implantar fórum bianual para discussões focadas no desenvolvimento regional e microrregional;

Promover o desenvolvimento da indústria do turismo;

Implantar o Conselho de Desenvolvimento Municipal, com a participação da ACISTI e outras associações empresariais;

Incrementar a produção e mudas de espécies nativas no Horto Municipal, para uso na arborização pública e em projetos de paisagismo;

Realizar Plano Diretor do eixo Santa Terezinha de Itaipu – Foz do Iguaçu

Promover a elaboração e a execução de projeto de desenho urbano para as vias marginais à BR-277;

Elaboração de projeto paisagístico das estradas rurais;

Integrar o sistema viário com as estradas municipais e a rodovia BR 277;

Ampliar a frota de máquinas e veículos .

**Ciudad del Este / Paraguai**

*Não foram identificadas quaisquer informações sobre desenvolvimento urbano de Ciudad del Este com relação direta com a referida AU.*

**Puerto Iguazú / Argentina**

*Não foram identificadas quaisquer informações sobre desenvolvimento urbano de Puerto Iguazu com relação direta com a referida AU.*

**Observações:**

De imediato, chama a atenção, no Plano de Ação de Santa Terezinha do Itaipu, o desenvolvimento do Plano do corredor Foz de Iguazú - Santa Terezinha, sugerindo uma preocupação com o uso lindeiro da rodovia de ligação e com o uso do solo de modo geral entre os dois municípios.

Do mesmo modo que em todas as outras Aglomerações Urbanas, chama a atenção a possibilidade de se trabalhar, segundo princípios de otimização regional de recursos, a oferta de serviços e infraestruturas públicas de modo consorciado.

Ainda que sem a leitura do Plano Diretor de Ciudad del Este, é evidente a possibilidade e necessidade de articulação com essa cidade paraguaia, sobretudo por conta do grande número de pessoas que computam no cenário de movimento pendular com Foz de Iguazú.

#### 4. AU Guaira - Salto del Guayrá

Guaira / PR / 2008

##### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

A Zona Industrial Portuária de Guaira I apresenta as seguintes características: ponto de travessia para o Estado Mato Grosso do Sul e para o Paraguai.

##### **Questões observadas no Plano de Ações do PDM que contam com interface regional:**

Promover a eficiência no transporte de cargas e mercadorias priorizando melhorias e investimento em infraestrutura nas estradas municipais;

Promover a inclusão dos moradores da área rural no sistema de transporte público;

Fortalecer e promover a base econômica regional ligada à microrregião notadamente nos setores de comércio, serviços e industrial de baixo impacto ambiental;

O Poder Público Municipal privilegiará a compra de produtos originados das associações e cooperativas do Município;

Estruturar o serviço de assistência técnica e extensão rural do município com a finalidade de alcançar o atendimento universal dos agricultores, com a respectiva prioridade dos: pequenos produtores, agricultores familiares e estabelecimentos de médio porte;

Fomentar as atividades relativas ao desenvolvimento do turismo municipal através do planejamento integrado setorial e regional;

Implantar, Qualificar e Manter os atrativos e a infraestrutura turística e nas vias de acesso e nas áreas prioritárias de desenvolvimento turístico;

Incentivar a dinamização do comércio e serviços para as atividades relacionadas ao turismo;

Recuperar e conservar as micro bacias hidrográficas e seus recursos;

Implantar corredores ecológicos;

Promover manejo sustentável da biodiversidade;

Gerir de forma integrada os resíduos sólidos;

Controlar a poluição dos esgotos urbanos;

#### Salto del Guayrá / Paraguai

Não foram identificadas quaisquer informações sobre desenvolvimento urbano de Salto del Guayrá com relação direta com a referida AU.

##### **Observações:**

As ações propostas para Guaira são muito genéricas e não permitem a identificação de fatores de importância regional ou especificamente para a Aglomeração Urbana que constitui com Salto del Guayrá. Uma única ação nesse sentido é encontrada: "Fortalecer e promover a base econômica regional ligada a microrregião notadamente nos setores de comércio, serviços e industrial de baixo impacto ambiental". Todavia, valem aqui as mesmas sugestões intermunicipais identificadas para as demais AUs, sempre no sentido da otimização dos recursos públicos e privados.

## 5. AU Santo Antônio do Sudoeste - Pranchita – San Antonio

### Santo Antônio do Sudoeste / PR / 2006

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

O Município de Santo Antônio do Sudoeste situa-se na Região Administrativa nº 13, composta por 37 municípios, sendo Francisco Beltrão a cidade polo. Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água deve ser integrada ao Sistema de Abastecimento de Água do Município de Pranchita, sendo previsto o aumento da produção de água e do tratamento e distribuição.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Manutenção do programa de recuperação das estradas rurais;

Implantar sistema de transporte coletivo na área rural;

Ampliação da marginal do Trevo CTG ao Trevo de acesso a Pranchita - acostamento;

Construção da Capela Mortuária;

Ampliar incentivos a indústria de confecções ;

Maior atuação junto a Associação Comercial, visando a busca de recursos e criando mecanismos que desenvolvam uma maior participação do comércio e serviços;

Criar um Conselho de Desenvolvimento;

Unificação de Santo Antônio do Sudoeste, Pranchita, San Antonio (ARG ) em torno de um projeto turístico;

Posto alfandegário;

Descentralização das indústrias para o Parque Industrial;

Incentivar a criação de desenvolvimento de pequenas empresas - fábrica de sabão, vassoura, chapéus, chinelos, acolchoados, tecelagem, farinha de mandioca, feccularia, etc;

Desenvolvimento de campanhas publicitárias para a divulgação do potencial do município e de seus produtos;

Melhoria do serviço de coleta de lixo em alguns bairros e eliminação de locais de depósitos inadequados;

Construir um aterro sanitário;

Desenvolvimento de ações conjuntas com o IAP no sentido de combater a poluição ambiental e aumentar a eficácia da fiscalização;

Implantação de um sistema de ciclovia ao longo da PRT 163.

### Pranchita / PR / 2009

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

A Macrozona - Eixo Especial de Desenvolvimento compõe as áreas ao longo da BR - 163 com os devidos prolongamentos passando pela sede municipal seguindo a norte para a comunidade Santa Cruz do Oeste e para o município de Pérola do Oeste, e para o sul o município de Santo Antônio do Sudoeste que se destinam à produção agropecuária, agroindústrias e à exploração de recursos naturais de forma sustentável, onde os empreendimentos voltados ao turismo rural e de lazer, devem ser incentivados, como alternativa para gerar renda à população local, possibilitando a sua manutenção no campo.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Apropriar-se da posição estratégica regional entre os municípios de Francisco Beltrão e Cascavel;

Promover o Ecoturismo nas áreas com potencial, visando a disseminação do conceito de preservação do meio ambiente;

Estabelecer parcerias com EMATER E IAP .

### San Antonio / Argentina

*Não foram identificadas quaisquer informações sobre desenvolvimento urbano de San Antonio com relação direta com a referida AU.*

#### **Observações:**

As ações propostas para Santo Antônio do Sudoeste são de caráter majoritariamente fundiárias e urbanas. Destaque pode ser feito para a proposta da nova Avenida ligando Santo Antônio do Sudoeste a Pranchita com iluminação e criação de pista dupla. O mesmo pode ser observado para o caso de Pranchita. A proximidade entre uma sede municipal e outra, entretanto, faz com que todas as iniciativas de caráter municipal ou extremamente local possam ser incorporadas a uma prática intermunicipal, evidenciando a característica de uma Aglomeração Urbana. Considerando essa aproximação geográfica que ignora fronteiras político-administrativas, ressalta-se mais uma vez o fato de os Planos Diretores municipais de Santo Antônio do Sudoeste e de Pranchita não priorizarem essa leitura urbanística e territorial.

Em ambas as propostas de planejamento e desenvolvimento urbano dos municípios de Santo Antônio do Sudoeste (PR) e Pranchita (PR), não foram identificadas menções sobre a integração urbana com o município de San Antonio, Argentina.

## 6. AU Matinhos – Pontal do Paraná – Guaratuba

### Guaratuba / PR /

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Incentivo ao Turismo

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Garantir a mobilidade e acessibilidade da população, a partir da integração entre os sistemas municipal e intermunicipal de transporte coletivo de massa nos aspectos físico e operacional, sendo necessário: garantir acesso a outros balneários, como: Caiobá, Praia de Leste e Itapoá, dentre; garantir acesso a outros centros urbanos, como: Curitiba, Matinhos, Itajaí, Florianópolis, Porto Alegre, Pelotas e demais centros; garantir e manter o transporte escolar público para alunos dos ensinos fundamental, médio, e superior, assim como da área urbana e rural. Para tanto, prevê-se: a manter, para o nível de ensino superior, o transporte intermunicipal de Guaratuba a Paranaguá e o transporte interestadual de Guaratuba a Joinville.

### Matinhos / PR / 2006

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Em face do erro demarcatório das divisas intermunicipais, na face norte, o perímetro urbano do município de Matinhos apresenta uma faixa territorial em conflito com o perímetro do município de Pontal do Paraná.

Serviços de coleta de resíduos sólidos e aterro sanitário, em Regime de Consórcio com o município de Pontal do Paraná.

Quanto às captações de água, tem-se uma estação localizada no rio Cambará, além da captação em Pontal do Paraná, localizada no Rio das Pombas, na área rural desse município. A captação do Rio das Pombas fornece atendimento aos municípios vizinhos de Matinhos e Pontal do Paraná.

Desde do ano 2000 os municípios de Matinhos e Pontal do Paraná depositam os resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário localizado em Pontal do Paraná administrado atualmente por um Consórcio Intermunicipal – CIAS.

No novo contexto de trabalho, foi considerado que: o município de Matinhos apresenta crescimento populacional, com taxas de crescimento territorial de 11,35% ao ano.

A partir de 1950 aumenta a procura pelas praias na extremidade sul. No balneário de Caiobá, cuja ocupação inicial se dá no sopé do Morro de Caiobá, entre a Praia Brava e a Prainha, predomina um crescimento linear em direção a sede urbana de Matinhos, paralelamente à orla marinha.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Nada identificado.

### Pontal do Paraná / PR / 2004

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Nada identificado.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Nada identificado.

#### **Observações específicas para a AU:**

As ações observadas são muito particulares e de características urbanas, sem explicitação de uma preocupação em relação à Aglomeração Urbana, ou mesmo regional. A área do litoral paranaense é contemplada com muitos projetos, ora ditos de desenvolvimento, ora de caráter ambiental/conservacionista, ora ainda de caráter regulador por agências do Estado do Paraná. Tais iniciativas não justificam a inexistência de uma preocupação explícita nos Planos Diretores dos municípios dessa área em relação a questões urbanísticas conjuntas. Valem aqui todas as ações gerais propostas para as demais Aglomerações Urbanas do Estado, com destaque para suas questões de sazonalidade, turismo e meio ambiente.

#### **Observações:**

Excetuando considerações de inter-relações regionais do PDM de Guaratuba, as diversas ações propostas pelos Municípios de Matinhos e Pontal do Sul, que poderiam ser também tratadas em nível regional, não foram contempladas pelos poderes locais.

## 7. AU Marilena - Nova Londrina

### Marilena / PR / 2009

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

A prática de comprar em centros maiores e próximos, Nova Londrina e Paranavaí, contribui de forma decisiva para a estagnação desse ramo econômico no município.

Foram ocupadas inicialmente áreas localizadas a nordeste do Estado do Paraná, posteriormente o chamado Norte Pioneiro seguido da ocupação do Norte Novo em direção a noroeste, culminando na ocupação do Norte Novíssimo.

A relação de maior intensidade é verificada com os municípios de Paranavaí e Nova Londrina, o primeiro em virtude do grau de polarização regional, e o segundo, principalmente pelo fluxo populacional pendular em virtude das atividades industrial e comercial.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Ações de orientação do desenvolvimento, no âmbito regional, por localizações de empreendimentos industriais de alto valor agregado.

#### **Observações:**

### Nova Londrina / PR / 2008

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

O município de Nova Londrina foi classificado no nível de centralidade de Muito Fraco, correspondente às cidades definidas como sendo centros de zona ou centros locais. De acordo com as matrizes descritivas dos relacionamentos espaciais, o município encontra-se na área de atuação ou é polarizado pela cidade de Paranavaí, classificada no nível de centralidade Forte para médio, correspondente às cidades que exercem função predominantemente de centro sub-regional.

Paranavaí tem na sua área de polarização 29 municípios, dos quais 15 são polarizados diretamente, e os demais através de centros intermediários, como Loanda, Rondon e Nova Esperança, que tem na sua área cinco municípios, sendo que um deles encontra-se também na área de atuação da cidade de Colorado.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Desenvolver o Arranjo Produtivo Local – APL da Mandioca, o qual poderá adquirir dimensões regionais;

Desenvolver o Arranjo Produtivo Local – APL do Açúcar e Alcool, capaz de agregar empresas instaladas em outros municípios passando a ter uma abrangência regional;

Organizar os produtores, as indústrias de beneficiamento e demais fornecedores de insumos, tendo em vista os interesses de cada um dos agentes, beneficiando não só a estrutura de produção primária, mas também os segmentos agroindustriais, com foco na governança local para enfrentar os novos ditames da competitividade do mercado global;

Criar no âmbito da Fundação Cultural de Nova Londrina e a ela vinculado o Teatro Municipal, como órgão da Administração Pública. O Teatro Municipal terá como finalidade desenvolvimento de atividades culturais para a promoção e apresentação de artistas regionais e locais e shows em geral.

#### **Observações:**

O PDM de Marilena observa exclusivamente propostas de diretrizes para o desenvolvimento urbano, social e econômico local, sem menção de inter-relações regionais. Para o caso do PDM de Nova Londrina, são incluídas metas para a formação de arranjos para o incremento de atividades econômicas produtivas competitivas com enfoque regional e, também a introdução de atividades culturais de abrangência regional.

## 8. AU Cruzeiro do Sul - Paranacity

### Cruzeiro do Sul / PR / 2006

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

As sedes dos municípios de Paranacity e Cruzeiro do Sul são muito próximas com distância de três km apontando a tendência de conurbação dos municípios. É favorável a expansão urbana as áreas localizadas ao norte, noroeste e sul do município.

Os municípios mais populosos – Umuarama, Paranavaí e Cianorte – vêm sustentando, de certa forma, seu papel de destaque na região e, em 2000, concentravam cerca de 35% da população total e 41% da urbana mesorregional. Esses centros enquadram-se no nível de centralidade forte para médio, segundo análise da abrangência da polarização (IBGE, 2000).

Paranavaí se distingue como centro regional, com maior número de funções que Umuarama, embora este apresente uma área de abrangência de polarização maior, atraindo demandas até mesmo do Mato Grosso do Sul. Ambos têm como polo imediato Maringá, que comparte com Londrina a polarização de um importante subsistema urbano paranaense, oferecendo uma gama de funções para o atendimento a demandas de alta complexidade.

Desta forma há uma grande relação de serviços, saúde e educação com Paranavaí e empregatícia com Colorado devido a usina de cana-de-açúcar. Vale ressaltar também que existe uma população flutuante ligada a agricultura, entre Cruzeiro do Sul, Paranacity e Inajá.

No setor de saúde, Cruzeiro do Sul tem maior relação de dependência com Paranavaí devido ao consórcio intermunicipal e depois com Maringá. Neste setor o município também é procurado pela população de Paranacity para atendimento de baixa complexidade.

O município possui aterro em consórcio com Paranacity desde 1998 localizado próximo à divisa dos municípios necessitando de adequação conforme as normas do CONAMA, e com dificuldades na administração e manutenção do mesmo onde o lixo é depositado sem recobrimento e manejo correto.

A Segurança pública é realizada através da polícia militar que devido a proximidade com o município de Paranacity atende aos dois municípios com estrutura locada neste último.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Readequar o aterro sanitário;

Desenvolver campanha para coleta seletiva;

Adquirir caminhão compactador;

Adquirir Veículo Ambulância;

Recuperar ciclovia entre Cruzeiro do Sul e Paranacity.

### Paranacity / PR / 2006

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Território pertencia ao município de Nova Esperança.

Na região em que Paranacity se insere, a grande maioria dos municípios possui uma grande interação-relação de serviços, saúde e educação com Colorado, Paranavaí e Maringá. A relação empregatícia de Paranacity se dá principalmente com a Usina de Santa Terezinha, localizada no próprio Município, a qual é a maior geradora de empregos local e atrai interessados de toda região. Vale ressaltar que existe uma população flutuante ligada à agricultura, entre Cruzeiro do Sul, Paranacity e Inajá.

Vale ressaltar que existe uma região conurbada, formada pelos municípios de Maringá, Sarandi e Marialva.

No setor de saúde, Paranacity tem maior relação de dependência com Maringá devido ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Setor Intermunicipal Paranaense – CISAMUSEP, depois com Colorado, devido ao CISVAP, e com os Municípios de Mandaguçu, Arapongas, Londrina, Curitiba, Nova Esperança e Mandaguari. Neste setor, o município também é procurado pela população de Cruzeiro do Sul e Inajá para atendimento de baixa complexidade.

A ocupação que já ocorria também na porção central da malha urbana teve maior evolução em sentido norte e sul, tendo como vetor de expansão urbana na atualidade o sentido leste as margens da Avenida Brasil, sentido a rodovia PR 463 e a sentido sul as margens da rodovia PR 464 no sentido ao Município de Cruzeiro do Sul, conjecturando uma conurbação urbana dos dois Municípios.

O perímetro urbano da sede de Paranacity fica ampliado a leste e a sul da malha urbana atual, tendo como principais objetivos atender ao vetor de crescimento em direção a cidade de Cruzeiro do Sul / PR.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Formação de cooperativas de catadores de lixo reciclável;

Incentivar o turismo rural com um programa de visita às fazendas históricas ou típicas da região, que tenham produção de artesanato e culinária formando um circuito turístico na região do Rio Pirapó, que venham incrementar o evento do Rally Ecológico, que acontece uma vez por ano, na Vila Silva, mobilizando pessoas de várias cidades que participam a fim de se aventurarem descendo as corredeiras do Rio Pirapó em botes, barcos, boias.

Criar uma política de incentivo ao plantio de Urucum, incluindo a construção de um laboratório de análise do Urucum. Entrar nos programas da Pró-Amusep de incentivo a iniciativa do plantio de uva na região;

Oferta de cursos profissionalizantes a longa distância ou mediante convênios com o SINE, o SENAC, o SESI/SENAI e outros;

Melhorias na ciclovia que liga o Município a Cruzeiro do Sul.

#### **Observações:**

Em ambos os Planos Diretores, observam-se propostas de caráter eminentemente municipais. Chama a atenção as sugestões de interesse turístico que devem ser implementadas de forma conjunta entre Paranacity e Cruzeiro do Sul. Valem, no entanto, as mesmas sugestões de caráter genérico observadas nas demais AUs do Paraná.

## 9. AU Paranavaí - Nova Aliança do Ivaí

### Paranavaí / PR / 2007

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

A expansão da malha urbana de Paranavaí ocorreu condicionada, entre outros fatores, pelo Ribeirão Suruquá (ao sul e sudeste), pelo aeroporto e Ribeirão Paranavaí (a oeste e noroeste), e a BR -376 (norte e nordeste).

A PR 561, com extensão de aproximadamente 16 km, serve exclusivamente para a ligação entre Paranavaí e Nova Aliança do Ivaí. Sendo a principal saída de Nova Aliança do Ivaí para o estado, a estrada consolida a dependência que o município tem de Paranavaí.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Promover eventos turísticos de interesse regional;

Consolidar Paranavaí como polo econômico regional;

Promover eventos variados, para a exposição e venda de produtos industrializados e para a troca de conhecimento sobre tecnologia produtiva, beneficiamento e comercialização.

### Nova Aliança do Ivaí / PR / 2011

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

O município de Nova Aliança do Ivaí está inserido na mesorregião Noroeste Paranaense e microrregião geográfica de Paranavaí.

O sistema viário urbano de Nova Aliança do Ivaí é acessado principalmente pelas rodovias que dão saída para Paraíso do Norte (extremo sul) e Paranavaí (extremo norte).

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Elaborar e implantar Plano de Prevenção de Incêndios Florestais em conjunto com a equipe de Defesa Civil Municipal, Polícia Florestal e o Corpo de Bombeiros que presta atendimento ao Município, com o devido treinamento de pessoal local para atuar em caso de ocorrência dessa natureza.

Criar condições para que os Viveiros Municipais sejam um polo com fins educacionais, nas áreas de agricultura, abastecimento e meio ambiente, incluindo em suas atividades a produção de hortifrutigranjeiros para a merenda escolar e para o resgate das espécies típicas da região.

Implantar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos no Município e promover o manejo adequado do aterro controlado (construção de aterro sanitário).

#### **Observações para a AU:**

O Plano de Ação de Nova Aliança do Ivaí tem caráter exclusivamente municipal, sem considerar suas relações com Paranavaí (polo de Região Metropolitana formalmente constituída). Valem, todavia, as mesmas sugestões genéricas identificadas para as demais AUs do Estado do Paraná. No caso de Paranavaí, o destaque é para a articulação regional econômica, concretizada por meio da realização de eventos.

## 10. AU Pato Branco - Vitorino

### Pato Branco / PR / 2015

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Consolidar o Município de Pato Branco como centro regional integrado de desenvolvimento sustentável nos setores educacional, comercial, industrial e de serviços, em especial como polo competitivo de inovação tecnológica, ensino e medicina, sede de atividades produtivas e geradoras de emprego e renda.

#### **Questões observadas no Plano de Ações do PDM que contam com interface regional:**

Articular os meios de transporte coletivo que operam no Município, em uma rede única de alcance regional, integrada física e operacionalmente; Consolidar o Município de Pato Branco como centro regional integrado de desenvolvimento sustentável nos setores educacional, comercial, industrial e de serviços, em especial como polo competitivo de inovação tecnológica, ensino e medicina, sede de atividades produtivas e geradoras de emprego e renda;

Incrementar a participação do setor produtivo no mercado mundial e diversificar a pauta de exportações, favorecendo o aumento da competitividade regional;

Centralizar o atendimento à população em postos de abrangência regional, evitando a pulverização de pontos de atendimento desestruturados.

### Vitorino / PR / 2010

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Aspecto a ser explorado é a continuidade da malha urbana com o município de São Lourenço do Oeste, se por um lado a população vitorinense, lá residente, utiliza-se de serviços públicos e privados daquele município em detrimento do comércio e serviços locais.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Nada identificado.

#### **Observações para a AU:**

O Plano de Ação de Vitorino tem caráter exclusivamente municipal, sem mencionar questões de interesse para a Aglomeração Urbana que constitui com Pato Branco. Assim, valem as mesmas sugestões genéricas já mencionadas para as demais AUs. No caso do Plano Diretor de Pato Branco, há uma preocupação com sua inserção regional, com destaque para a econômica, o que indica, obrigatoriamente, a participação de Vitorino, ainda que como um município satelizado.

## 11. AU Ponta Grossa - Carambeí

### Ponta Grossa / PR / 2001

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Nada identificado.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Programas de dinamização dos setores produtivos e do turismo – projetos de promoção das atividades agrícolas, pecuárias, silviculturais, minerárias, industriais e do comércio e serviços, além dos empreendimentos turísticos .

### Carambeí / PR / 2007

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

A Aglomeração Urbana de Ponta Grossa, assim entendida pelo IBGE, é composta por esse polo, Castro e Carambeí. O movimento pendular de passageiros dentro da aglomeração urbana constitui-se em um dos mais representativos dentro do Estado. É esperado que, no horizonte de dez anos atribuído ao presente Plano Diretor, a aglomeração venha a ser transformada em Região Metropolitana, com todas as consequências de planejamento compartilhado que essa condição acarreta.

Polaridade. Participante da aglomeração urbana Ponta Grossa –Carambeí-Castro, o município encontra-se na situação de unidade servida pelos bens de consumo urbanos disponibilizados nessas duas cidades, especialmente a primeira, que, pelo seu porte, é classificada com o 2º mais alto nível de polarização<sup>24</sup>. De um lado, essa característica coloca Carambeí como bem servida quanto às necessidades da vida cotidiana; por outro lado, inibe fortemente o desenvolvimento de comércio e de prestação de serviços locais, já que esses setores econômicos contam com forte efetivo que pode ser acessado a menos de 15 minutos de viagem.

A rodovia PR-151 e os trechos da antiga estrada Ponta Grossa – Castro, o chamado Caminho das Tropas, ordenam a ocupação do município, pois definem a centralidade da área urbana (a meio caminho entre os dois centros urbanos maiores) e distribuem os principais eixos que ordenam as porções leste e oeste do município: a Estrada para Catanduvas e a Avenida dos Pioneiros e suas extensões.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Implantar fisicamente o roteiro de turismo Caminho das Tropas / Caminho da Imigração;

Implantar infraestrutura mínima nos pontos de interesse do roteiro de turismo Caminho das Tropas / Caminho da Imigração e também pontos turísticos isolados, em especial no Alagados e Balsa do Tibagi;

Implantar infraestrutura complementar nos pontos de interesse do roteiro de turismo Caminho das Tropas / Caminho da Imigração e nos pontos turísticos naturais isolados .

#### **Observações para a AU:**

Em Ponta Grossa, chamam a atenção proposta de desenvolvimento econômico e de proteção ambientais, sem dúvida de interesse também de Carambeí. No caso desse último, chama à atenção a proposta de desenvolvimento turístico, com destaque para o Caminho das Tropas, o qual envolve municípios outros que não apenas o da Aglomeração Urbana com Ponta Grossa.

## 12. AU Rio Negro – Mafra

### Rio Negro / PR / 2006

#### Questões observadas no PDM que contam com interface regional:

Dinamização da economia local pelo incentivo à industrialização e qualificação profissional  
Fortalecimento das inter-relações regionais

#### Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:

Ampliar relações com o estado de Santa Catarina;

Os municípios da região Norte de Santa Catarina e grande parte dos municípios da mesorregião metropolitana de Curitiba formam um aglomerado de municípios em desenvolvimento, principalmente o desenvolvimento industrial. Essa proximidade pode ser utilizada como um fator de desenvolvimento em conjunto, um município dando suporte à eficiência do outro e assim por diante, possibilitando um desenvolvimento regional que beneficiará a todos os envolvidos ;

Além da proximidade, outro fator a favor desta união é a presença de rodovias em bom estado de conservação que os interliga e a malha ferroviária, ambas facilitando o escoamento da produção industrial inclusive facilitando as exportações. O padrão das cidades sob os aspectos sociais, educacionais e tecnológicos é outro fator comum para o desenvolvimento ;

Promover integração entre Rio Negro e Mafra;

Ampliar relações com a Mesorregião e Região Metropolitana de Curitiba ;

Ampliar relações com o Estado de Santa Catarina ;

Propor legislação semelhante entre Rio Negro e Mafra . Como os Planos Diretores dos dois municípios estão sendo realizados praticamente ao mesmo tempo, a legislação que deles surgirá deverá prever diretrizes, ações e parâmetros semelhantes que possam proporcionar maior desenvolvimento regional, de forma que um município possa auxiliar possibilitando que ambos cresçam e se desenvolvam juntos.

### Mafra / SC

*A Prefeitura Municipal de Mafra , em 2018, está finalizando a revisão do Plano Diretor Participativo, de 1991 e revisado em 2006 , para ser apresentado à sociedade que fará a discussão e mudanças necessárias para modernizá-lo, adequando-o às necessidades atuais do município, nas questões relativas à acessibilidade, mobilidade urbana e transporte coletivo, entre outras .*

#### Observações para a AU:

*Considerando-se que está em andamento a iniciativa do Município de Mafra na revisão do seu Plano Diretor, observa-se oportunidade em se apresentar questões sobre o sistema de planejamento da Aglomeração Urbana com o Município de Rio Negro.*

### 13. AU São Sebastião da Amoreira - Nova América da Colina

#### São Sebastião da Amoreira / PR / 2008

**Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Nada específico.

**Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Operação do novo aterro;  
Implantar Coleta Seletiva de Lixo;  
Elaborar Plano para o Antigo Lixão ;  
Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos;  
Elaborar Plano de Drenagem Urbana;  
Estabelecer calendário de eventos ;  
Criar Sistema Municipal Defesa Civil ;  
Criar/expandir sistema de Esgotamento Sanitário ;  
Implantar programa de c anoagem.

#### Nova América da Colina / PR / 2013

**Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

A coleta de resíduos sólidos urbanos (lixo doméstico) é realizada por empresa terceirizada SANETRAN, com destinação em aterro controlado no município de Assaí -PR.

**Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Desenvolver o potencial turístico no município.  
Estruturação e ocupação das áreas urbanas do município.

**Observações para a AU:**

Os Planos de Ação de São Sebastião da Amoreira e de Nova América da Colina têm um caráter eminentemente municipal, sem considerar explicitamente a Aglomeração Urbana que constituem. Chama a atenção propostas relacionadas com a coleta seletiva e disposição em aterro de resíduos sólidos para São Sebastião da Amoreira, iniciativas que deveriam ser prioritariamente pensadas à luz de uma racionalidade da Aglomeração Urbana com Nova América da Colina. Nos demais aspectos, valem as mesmas sugestões genéricas identificadas para as demais AUs.

#### 14. AU Toledo - Ouro Verde do Oeste

Toledo / PR / 2016

##### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Crescimento planejado, com vias com sentido Leste -Oeste e Norte-Sul.

##### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Valorização da posição estratégica do município no cenário regional, como um dos principais polos de desenvolvimento do Oeste do Paraná;

Implantação de políticas regionais de investimentos nas áreas da indústria, comércio e serviços, gerando circulação de mercadorias;

Desenvolvimento de políticas de investimentos na área educacional, como polo universitário regional;

Articulação de planejamento do setor público e da iniciativa privada do município, visando à redução de custos e a manutenção e a ampliação de receitas das cadeias produtivas;

Integração dos distritos ao processo de desenvolvimento empresarial do Município, estimulando a instalação de indústrias, lojas comerciais e prestadoras de serviços em sua sede;

Manutenção e ampliação de programa de readequação e asfaltamento de rodovias rurais, através de parcerias com empresas e agricultores e do repasse voluntário de recursos federais e estaduais;

Formação de parcerias, através de convênios, com as universidades locais, visando o desenvolvimento de pesquisas, formação de profissionais, inovação e empreendedorismo nas áreas mais destacadas da economia do Município;

Incentivo e apoio à formação de recursos humanos (formação profissional), com o aumento da oferta de vagas em cursos de capacitação de nível técnico, superior e especializações, com foco na demanda local;

Distribuição de renda proporcional ao crescimento econômico do município;

Mobilização pela implantação de ferrovia, porto seco, hidrovia, exploração do potencial energético dos rios e outros empreendimentos de desenvolvimento do município e região;

Incentivo à economia regional, com o objetivo de agregar valor às atividades econômicas da região, gerando mais riquezas e aumentando a circulação dessas riquezas no território;

Busca de meios para a realização de estudos de viabilidade e implementação efetiva, com continuidade, de programas de desenvolvimento em andamento no município ou propostos neste Plano Diretor;

Desenvolvimento de sistema de planejamento e gestão integrada e participativa, com garantia de continuidade;

Desenvolvimento de município planejado, para diminuir gastos com a sua manutenção, para que estas receitas potencializem outras áreas;

Criação de um portal de informações e dados socioeconômicos do município, com permanente atualização;

Elaboração de Plano de Desenvolvimento para o município de Toledo, por meio de conhecimento científico, integrando as Instituições de Ensino Superior, a Prefeitura e os demais atores cruciais do processo.

Identificação do potencial produtivo, a produção primária, sua transformação de acordo com a distribuição das comunidades através do macrozoneamento;

Promoção de estudos referentes ao zoneamento agro econômico como instrumento estratégico de planejamento sustentável;

Apoio à implantação de agroindústrias, ampliando o valor agregado da produção primária;

Promoção de estudos de mercado, buscando oportunidades e nichos, introduzindo novas alternativas, tais como técnicas de cultivo orgânico com certificação;

Incentivo ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias de produção, a partir das necessidades e possibilidades do setor agropecuário do município;

Condições de permanência do pequeno produtor na propriedade, com qualidade de vida e acesso aos avanços tecnológicos e de cidadania, através da promoção de programas de melhoria e conservação das estradas, saneamento rural, telecomunicações, e incentivo a programas de diversificação, de verticalização da produção, como produção leiteira, suinocultura, avicultura, piscicultura, olericultura e fruticultura, dentre outras;

Apoio ao Conselho de Desenvolvimento Rural na implantação e fiscalização das ações de desenvolvimento rural contempladas no Plano Diretor;

Promoção de parcerias com os produtores rurais na melhoria da infraestrutura das propriedades, melhorando os aspectos socioculturais, produtivos e facilitadores da logística de produção das comunidades;

Fomento à biotecnologia;

Desenvolvimento de programas de readequação de estradas e parcerias para o asfaltamento de estradas rurais;

Incentivo à expansão da pecuária, da lavoura permanente e temporária, da agricultura orgânica, da fruticultura e da aquicultura, com técnicas de produção e sustentabilidade.

Estímulo à expansão e diversificação do Parque Industrial Moveleiro da Vila Industrial;

Avaliação de proposta de implantação de Condomínios Industriais Integrados, na cidade e distritos, visando soluções econômicas e sustentáveis para as empresas locais, através de parcerias estratégicas com entidades governamentais, empresas privadas e instituições de ensino e pesquisa;

Implantação, junto a essa estrutura, de creche, área de lazer, sede social para uso das empresas, auditório, salas de reunião, restaurante, academia, depósitos e Núcleo de Ciência e Tecnologia, direcionado às áreas de educação, formação profissional e empreendedorismo, visando o desenvolvimento de novas matrizes econômicas e alto valor agregado, com a oferta de novos produtos, entre inúmeras outras vantagens;

Utilização no futuro dessas unidades também como pontos turísticos, atraindo empreendedores da região, do Estado e todo o País, por possibilitar a minimização de custos e maximização de lucros, aumentando a competitividade das empresas beneficiadas, no mercado nacional e internacional;

Estímulo à implantação de empreendimentos industriais no entorno das fontes de geração de energia renovável, especialmente aqueles voltados à transformação de matérias-primas locais;

Fortalecimento de política de incentivo à implantação de novas indústrias, através de estudos das cadeias produtivas;

Consolidação do setor industrial do município para uma expansão sustentável;

Verticalização industrial a partir da agropecuária permitindo a agregação de valor aos produtos através de esmagadoras de grãos, rações, produtos frigoríficos, etc.

Incentivo ao empreendedorismo, como fator preponderante na geração de resultados tanto em nível público quanto privado;

Incentivo ao ensino e à pesquisa científica e extensão, mediante o desenvolvimento de projetos e parcerias de interesse municipal e regional com as instituições de ensino instaladas no município e

Região;

Requalificação da paisagem urbana através da determinação dos eixos viários temáticos, estruturais, estendendo a oferta de comércio e serviços;

Fortalecimento das atividades comerciais diversificadas no município;

Consolidação dos setores comerciais e de prestação de serviços a partir da abertura de espaços e fortalecimento de micro e pequenas empresas, dentro das cadeias produtivas do Município mais consolidadas e lucrativas;

Implantação de política de incentivo à expansão de empreendimentos locais e a atração de estabelecimentos comerciais de outros centros, especialmente os com perfil distribuidor e/ou atacadista;

Estudo da implantação de centro de inovação, atração de conhecimentos, investimentos e empresas, que oportunize serviços especializados e qualificados, atividades comerciais diversificadas, trabalho e renda, visando à retenção do capital intelectual e consolidação do comércio local, como referência em competitividade e qualidade;

Estímulo à cooperação voltada à modernização da gestão empresarial, incremento da competitividade e estímulo aos novos negócios e abertura de novos mercados;

Fortalecimento das entidades empresariais já existentes, como representantes legítimas da contribuição da iniciativa privada para o desenvolvimento do município;

Fortalecimento do mercado local, visando a sua consolidação regional forte, criando condições políticas e de representatividade para negociações com governos, entidades e empresários do Estado e do País, além de agentes internacionais, visando o desenvolvimento integrado do município e região;

Busca do fortalecimento da qualificação e profissionalização dos dirigentes e profissionais de todas as cadeias produtivas do município;

Manutenção de investimentos na área educacional, para tornar-se polo universitário estadual.

## **Ouro Verde do Oeste / PR / 2008**

### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Ouro Verde do Oeste insere-se na categoria “muito fraco”, ou seja, de municípios subordinados que não exercem um nível mínimo de centralidade, conforme ilustra a figura abaixo. Na busca de um município que ofereça uma gama maior de funções centrais, Ouro Verde do Oeste remete-se a Cascavel e Foz do Iguaçu, no Paraná (PR), que, portanto configura-se como centralizador, pertencendo à categoria “forte” e “forte para médio” respectivamente, ou seja, cidades que tendem a configurar um centro sub-regional. Também chegam a se remeter ao município de Toledo, que possui nível “médio” por serem municípios vizinhos.

A ocupação urbana observada ocorre no sentido leste – oeste.

### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Dar atenção especial aos alunos com necessidades especiais, que precisam deslocar até organizações assistenciais de Toledo (Plano de Metas 2017-2020);

### **Observações:**

As propostas do Plano de Ação de Toledo têm um caráter eminentemente econômico, o que confirma o caráter da região e o distingue frente aos demais aqui analisados. Tal preocupação deixa subentendida uma preocupação regional, seja por meio de obras (como a ferroviária), seja em termos de articulação interinstitucional (como por exemplo, a relação setor público privado e as universidades), seja ainda em termos de planos e programas conjuntos. O fato de Toledo ainda constituir uma Região Metropolitana (jamais implantada de fato) talvez explique ou justifique essa prática regional observada e de interesse para a implantação da futura Aglomeração Urbana enquanto estrutura de planejamento intermunicipal.

## 15. AU Umuarama – Maria Helena

### Umuarama / PR / 2017

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Elaborar o Zoneamento Ecológico Econômico da nova APA do Rio Piava, em conjunto com o Município de Maria Helena.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável;

Atração de novos setores produtivos para o Município, em consonância com a política de desenvolvimento regional;

Diversificação das atividades do setor primário, com a floricultura, fruticultura e culturas orgânicas;

Implantar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos já elaborado pela Prefeitura

Municipal, com a coleta seletiva e a criação de uma Cooperativa Regional de Catadores de Resíduos Recicláveis;

Participar ativamente do Plano de Abastecimento de Água e Esgotos Sanitários de Umuarama que vem

sendo desenvolvido pela Sanepar, principalmente no que concerne a necessidade de preservação dos

mananciais de abastecimento;

Projeto de Construção de Marginais e ciclovias ao longo das PRs -323 e 489.

### Maria Helena / PR / 2012

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

Maria Helena foi elevada a categoria de município apenas em 25 de julho de 1960, com a lei número 4.245, desmembrando-se de Cruzeiro do Oeste.

O Município de Maria Helena integra a Mesorregião Noroeste do Paraná, e a Microrregião geográfica de Umuarama.

Quanto às influências externas sobre o território do município de Maria Helena, pode-se dizer que a proximidade com o principal município polo da região (Umuarama), ajuda a suprir as deficiências locais tanto no que se refere ao setor econômico como de necessidades básicas, contudo esta interferência por outro lado acaba prejudicando a busca de novas oportunidades de desenvolvimento e de consolidar alguns setores no município.

As áreas mais densas na malha urbana estão na parte central lado oeste onde estão os conjuntos habitacionais populares e com média densidade as quadras mais centrais da malha urbana ao longo da Av. Paraná.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Buscar parcerias dos órgãos reconhecidos em programa de capacitação, tais como SENAC, SENAI, EMATER, Regional Umuarama.

#### **Observações:**

As propostas identificadas nos Planos de Ações de Umuarama e de Santa Helena são de caráter eminentemente municipal; fato que chama a atenção por ambos os municípios constituírem parte da atual Região metropolitana de Umuarama. Valem, todavia, todas as propostas genéricas identificadas nos Planos de Ação das demais AUs do Estado do Paraná.

## 16. AU União da Vitória – Porto União

### União da Vitória / PR / 2008

#### **Questões observadas no PDM que contam com interface regional:**

União da Vitória é uma das capitais regionais do Sudeste Paranaense. Essa mesorregião caracteriza-se por possuir duas cidades principais: Irati e União da Vitória.

A posição do município junto à divisa sul do Paraná, sobre a fronteira com o estado de Santa Catarina, tende a proporcionar certo isolamento em relação à sua própria mesorregião. Oferece oportunidades de integração com os municípios catarinenses da microrregião de Canoinhas, da qual faz parte o município imediatamente vizinho através da fronteira estadual, Porto União, cuja sede urbana é, na verdade, compartilhada com União da Vitória.

A microrregião de União da Vitória estende-se por um território de 54.912 hectares, onde se localizam, além do município-polo, outras seis unidades federadas: Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paulo Frontin, Paula Freitas e Porto Vitória.

Sendo União da Vitória a sede de uma microrregião com mais de cem mil moradores no lado paranaense (é preciso considerar ainda uma dose de polaridade sobre parcelas das microrregiões catarinenses de Canoinhas e de Caçador; o IBGE reconhece vetores de polarização pelo menos sobre Porto União e Irineópolis, da primeira e Matos Costa. O IBGE encontrou vetores consideráveis de polarização sobre São Mateus do Sul, Antonio Olinto e São João do Triunfo, e também sobre Mallet e Rio Azul, todos municípios pertencentes a outras microrregiões paranaenses.

Na classificação do IBGE, trata-se de um "centro sub-regional", terceiro nível na hierarquia das cidades centrais, logo após a metrópole (Curitiba, 1º nível) e o centro regional (Ponta Grossa, 2º nível). No caso específico de União da Vitória, a cessação do tráfego ferroviário que a ligava à região central do estado, cumulado com o crescimento da capacidade própria de polarização, vêm enfraquecendo consideravelmente os vínculos com Ponta Grossa, cidade que, além do mais, separa-se de União da Vitória por distância apenas um pouco menor que aquela que a separa da capital estadual. Para um habitante local, é mais prático buscar recursos de qualquer tipo diretamente em Curitiba, o que tende a tornar União da Vitória, no futuro talvez próximo, um polo de 2º nível, ou seja, uma pequena capital regional.

União da Vitória é a sede da Associação dos Municípios do Sul do Paraná (Amsulpar), entidade que congrega outros oito municípios sulinos (General Carneiro, Bituruna, Cruz Machado, Porto Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, São Mateus do Sul e Antônio Olinto), que pertencem tanto à microrregião de União da Vitória quanto à microrregião de São Mateus do Sul.

#### **Diretrizes do Plano de Ações do PDM que podem contar com interface regional:**

Remodelação do eixo viário paralelo à ferrovia;

Construir nova ponte sobre o Rio Iguaçu;

Construir Contorno Rodoviário Leste (Porto União / São Cristóvão);

Implantar Parques industriais de alto impacto do APL da Madeira;

Implantar Parques industriais de baixo impacto do APL da Madeira;

Incentivar a agricultura orgânica;

Resgatar a produção faxinalense;

Incentivar a aquicultura;

Implantar a Rota das Cachoeiras;

Implantar a Rota dos Imigrantes;

Estabelecer os Caminhos da Produção;

Implantar os Caminhos do Turismo.

### Porto União / SC

O Plano atual é de 2007 e não contém preocupação regional explicitamente citada. No momento da elaboração deste documento, o novo Plano Diretor de Porto União estava em elaboração.

#### **Observações para a AU:**

O Plano de Ações de Porto União tem caráter eminentemente urbano, não mencionando explicitamente questões de interesse para a Aglomeração Urbana que desenvolve com União da Vitória. É exceção a menção ao Contorno Rodoviário Leste (Porto União / São Cristóvão). Valem aqui também todas as sugestões genéricas identificadas para as demais AUs do Estado.



# Referências

Agência Nacional de Telecomunicações / ANATEL. Resolução 560/2011.

BRASIL. Estatuto da Metrópole. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Programa Minha Casa Minha Vida, Resoluções. Brasília, 2007.  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE. Regiões de Influência das Cidades, 2007/REGIC, 2007. Brasília, 2008.

IBGE. Regic, 2007. Regiões de Influência das Cidades. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=7>. Acesso: 24/07/2016.

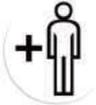
PREFEITURAS MUNICIPAIS. Planos Diretores Seleccionados.

SEDU. Referências para a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná. Curitiba, 2017

Universidade Federal do Ceará. Nova Dinâmica dos Municípios do Paraná. COSTA, F.R.;ROCHA, M.M. Mercator, Fortaleza, v. 13, n.2,p.91-104, mai./ago.2014. Disponível em [www.mercator.ufc.br](http://www.mercator.ufc.br) setembro de 2018.



## 10 Princípios Universais do Pacto Global da ONU

- |  |  |   |   |   |
|--|--|---|---|---|
|  <p><b>1. RESPEITAR</b><br/>e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência.</p> |  <p><b>2. ASSEGURAR</b><br/>a não participação da empresa em violações dos direitos humanos.</p>                                |  <p><b>3. APOIAR</b><br/>a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva.</p>                   |  <p><b>4. ELIMINAR</b><br/>todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.</p>                         |  <p><b>5. ERRADICAR</b><br/>todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva.</p>          |
|  <p><b>6. ESTIMULAR</b><br/>práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego.</p>                        |  <p><b>7. ASSUMIR</b><br/>práticas que adotem uma abordagem preventiva, responsável e proativa para os desafios ambientais.</p> |  <p><b>8. DESENVOLVER</b><br/>iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade socioambiental.</p> |  <p><b>9. INCENTIVAR</b><br/>o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis.</p> |  <p><b>10. COMBATER</b><br/>a corrupção em todas as suas formas, incluindo a extorsão e o suborno.</p> |

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria do  
Desenvolvimento Urbano

---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE